



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS



ÍNDICE

1	Mensagem da Administração	3
2.	Orientação para Participação em Assembleia Geral de Acionistas	4
2.1.	Ao acionista presente	4
2.2	Ao acionista representado por procurador	4
3.	Editais de Convocação	5
4.	Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas	6
4.1.	Propostas para deliberações na Assembleia Geral Ordinária	6
	<ul style="list-style-type: none">• Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivo parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 (item 10 do Formulário de Referência em conformidade com a ICVM 480/09)• Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2011• Destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.• Eleição dos Membros do Conselho Fiscal (item 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência em conformidade com a ICVM 480/09)	
4.2.	Proposta para deliberação na Assembleia Geral Extraordinária	50
	<ul style="list-style-type: none">• Fixação da remuneração global anual dos Administradores e da remuneração individual do Conselho Fiscal.	50
Anexo I	Modelo de Procuração com Instrução de Voto	75



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado Acionista,

A Vivo Participações S.A. trabalha para aprimorar constantemente as suas práticas de governança corporativa, ao promover uma gestão profissionalizada e uma maior transparência e objetividade na comunicação com os seus acionistas e o mercado em geral.

Acreditamos que conectados os indivíduos ampliam as suas possibilidades e realizam muito mais. Por isso elaboramos este Manual que tem por objetivo expor de forma clara e precisa as informações relacionadas à Assembleia Geral de Acionistas da Vivo, detalhando as propostas a serem apreciadas e fornecendo todas as instruções necessárias para sua participação.

É importante ressaltar que cada ação ordinária corresponde a um voto na Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere às matérias constantes nos 9º e 10º do estatuto social da Companhia, que não serão apreciados nesta oportunidade.

Ante o exposto, temos o prazer de convidar V.Sa a participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Vivo Participações S.A. (“Assembleia Geral”), que serão realizadas no dia 31 de março de 2011, às 15:00h, em nossa sede, localizada na Rua Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Contamos com a sua presença.

Cordialmente,

A Administração



ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os Acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral comparecendo à sede da Companhia e proferindo seu voto, ou nomear um procurador para representá-lo, nos termos descritos no presente Manual.

1. Ao Acionista Presente:

O Acionista que desejar participar da Assembleia Geral, em caráter presencial, deverá se apresentar antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- Documento de identidade ou carteira de classe profissional, oficialmente reconhecida; e
- Comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.

2. Ao Acionista Representado por Procurador:

Caso o Acionista deseje participar da Assembleia Geral e não possa comparecer à sede da Companhia, poderá constituir procurador com poderes especiais para representá-lo, nos termos da Lei nº 6.404/76, parágrafo 1º do Art. 126.

A Procuração e os documentos que comprovem a qualidade de acionista deverão ser encaminhados para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, Rua Roque Petroni Júnior, nº 1464, 4º andar – lado A – São Paulo/SP – CEP: 04707-000 a/c de Carlos Schoeninger Raimar. Os documentos serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação, quais sejam:

- Instrumento de mandato (Procuração) com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da Companhia, com reconhecimento de firma do outorgante (Acionista); e
- Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição depositária e/ou custodiante.

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão estar notariados e consularizados.

A fim de auxiliar os acionistas, poderão ser utilizados os modelos de procuração constantes dos Anexos I e II deste Manual (Procuração com Instruções de Voto e Procuração sem Instruções de Voto, respectivamente). Os acionistas poderão utilizar outras procurações que não as sugeridas neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei 6404/76 e no Código Civil Brasileiro.



VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 02.558.074/0001-73 - NIRE 35.3.001.587.9-2
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Vivo Participações S.A., por seu Presidente, Sr. Luis Miguel Gilpérez López tem a honra de convidar os senhores acionistas para as ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a serem realizadas às 15:00 horas do dia 31 de março de 2011, na sede social da Companhia, situada na Av. Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, nesta cidade, com a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, acompanhadas dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

II - Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2011.

III – Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2010.

IV – Eleição de membros do Conselho Fiscal.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

I - Fixação da remuneração global anual dos Administradores e da remuneração individual do Conselho Fiscal.

Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores para participarem da Assembleia deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.

Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária ora convocada, encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), desde o dia 24 de fevereiro de 2011, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM no 481/2009

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011.

Luis Miguel Gilpérez López
Presidente do Conselho de Administração



INFORMAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS A SEREM DISCUTIDAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Propostas para deliberação:

1 - Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivo parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, bem como o respectivo parecer dos Auditores foram disponibilizados via sistema IPE em 24 de fevereiro de 2011, publicadas e explanadas pela Administração por intermédio de áudio-conferência na mesma data. Todos os documentos referenciados encontram-se disponíveis a consulta por intermédio da página na rede mundial de computadores: www.vivo.com.br/ri e na sede da Companhia.

Os Comentários da Administração aos moldes do item 10 do Formulário de Referência anexo a Instrução CVM 480/09, foram postados via sistema IPE em 24 de fevereiro de 2011, em atendimento ao art. 12, II da Instrução CVM 481 e a seguir reproduzido:

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Vivo entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, graças a capacidade de endividamento disponível, que aliada aos recursos gerados pelas operações, deve fornecer liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir sua estratégia comercial para um futuro previsível, no que tange ao capital de giro, dispêndios de capital e outras necessidades operacionais.

O quadro abaixo apresenta um resumo dos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008 (*)	Variação percentual dez-2010/dez-2009	Variação percentual dez-2009/dez-2008
Patrimônio líquido	10.140,3	9.343,1	8.267,5	8,5	13,0
Ativo total	21.843,8	21.183,4	23.796,8	3,1	(11,0)
Receita líquida	18.105,9	16.637,1	15.469,7	8,8	7,5
Resultado Bruto	9.044,4	7.566,1	7.290,7	19,5	3,8
Resultado líquido	1.893,8	878,1	389,7	115,7	125,3
Número de ações (exceto tesouraria)	399.590.102	399.590.102	367.395.631		
Valor patrimonial da ação (R\$)	25,37675	23,38171	22,50297		
Resultado líquido da ação (R\$)	4,7394	2,2193	1,0607		

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

Complementando o quadro acima colocamos alguns indicadores, que atestam a saúde financeira da Companhia:



Estrutura de Capital:

Descrição	Montante	(%)
Recursos de Terceiros	R\$ 3.940.172.000	31
Recursos Próprios	R\$ 8.769.080.000	69
Fontes de Financiamento	R\$ 12.709.252.000	100

Conforme a estrutura de capital, a forma de financiamento da Companhia tem 69% das suas fontes com origem no próprio capital.

Disponibilidades:

A empresa mantém em disponibilidades, o caixa de R\$ 2.140.817.000,00 (Dois bilhões, cento e quarenta milhões, oitocentos e dezessete mil reais) o qual é suficiente para suas necessidades de capital de giro, não tendo que recorrer a fontes de financiamento mais onerosas.

Capital circulante Líquido

Descrição	Montante
Ativo Circulante	R\$ 6.808.355.000
(-) Passivo Circulante	R\$ 6.883.559.000
(=) Capital Circulante	R\$ (75.204.000)

O resultado do capital circulante mostra a equilibrada gestão de capital de giro da Companhia.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010, totalmente subscrito e integralizado era de R\$8.780.150.322,86, representado por 400.713.827 ações escriturais, sendo 137.269.188 ações ordinárias e 263.444.639 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parte das ações preferenciais da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) desde 16 de novembro de 1998 sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS). Em 31 de dezembro de 2010, havia aproximadamente 96.201.833 ADSs em circulação no mercado, incluindo 10.996.691 ADSs de titularidade da Telefônica S.A., controladora da Companhia. Cada ação preferencial da Companhia corresponde a uma ADS.

Cada ação ordinária corresponde a um voto na assembleia geral de acionistas. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere às matérias descritas nos artigos 9º e 10º do estatuto social da Companhia.

Aos titulares das ações preferenciais é assegurada prioridade no reembolso de capital, o direito de participar na distribuição dos dividendos e o direito de voto pleno em situações especiais, conforme indicadas no artigo 7º do estatuto social.

A possibilidade de resgate de ações ou quotas não é aplicável à Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos



A administração da Companhia, com base na análise de seus indicadores de desempenho, do perfil do endividamento e da geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações existentes, bem como para continuar a expandir suas operações. Embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá igual, caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar novos investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Em 31 de dezembro de 2010, a situação de endividamento total da Vivo era o seguinte:

(em milhões de reais)

Endividamento	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Financiamento de instituições financeiras	3.914	5.125	6.807
Financiamento da ANATEL (3G)	0	0	1.196
Dívida total	3.914	5.125	8.003
Dívida de longo prazo ⁽¹⁾	3.198	4.170	4.883
Dívida de curto prazo	716	955	3.120

⁽¹⁾ Exclui a parcela de curto prazo da dívida de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração de fluxo de caixa operacional aliado a financiamentos de capital de giro dos bancos privados e operações de mercado de capitais brasileiro. Para investimentos em ativos não circulantes, além da própria geração de fluxo de caixa operacional, também são utilizadas as linhas de financiamento junto a bancos de fomento como BNDES, BNB e BEI.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que sua geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante, sobretudo referente aos valores de Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Acrescente-se que a relação dívida líquida sobre EBITDA em 31 de dezembro de 2010 estava em 0,30, o que demonstra o baixo endividamento da Companhia em relação a sua geração de caixa operacional

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em virtude do processo de reorganização societária por intermédio do qual a Vivo S.A., subsidiária integral da Companhia, incorporou suas antigas controladas, aprovado em 31 de outubro de 2006, a Companhia assumiu todas as obrigações contratuais relativas às empresas incorporadas, respectivamente. Assim, as



relações comerciais e jurídicas com as instituições financeiras em nada foram afetados, continuando a produzir seus legais e regulares efeitos.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha os seguintes contratos de empréstimo e financiamento *(dados do Consolidado)*:

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
				2010	2009	2008
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	URTJLP(*)	TJLP + 4,30% a.a. a 4,60% a.a.	17.01.11 a 15.08.14	1.142.008	1.470.063	1.422.387
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	UMBND (**)	8,76% a.a.	17.01.11 a 15.07.11	1.533	4.327	9.491
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$	4,50 % a.a.	17.01.11 a 15.07.20	138.506	-	-
Banco Europeu de Investimentos - BEI	USD	4,18% a.a a 4,47% a.a	28.02.11 a 02.03.15	621.370	635.066	741.301
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	R\$	10% a.a.	29.01.11 a 30.10.16	533.661	587.627	361.590
Resolução 2770	R\$	-	-	-	176.016	156.703
Resolução 2770	USD	-	-	-	95.327	155.708
Resolução 2770	JPY	2,60% a.a.	18.01.11	29.554	26.415	1.339.982
Financiamento Licenças 3G- Anaqtel	R\$	-	-	-	-	1.196.137
Comissão BBVA	-	0,43% a.a.	28.02.11 a 28.02.15	187	188	272
Outros	-	-	-	-	-	96
Capital de Giro	-	-	-	-	-	254.421
Total				2.466.818	2.995.029	5.638.088
Circulante				482.545	688.397	1.811.703
Não Circulante				1.984.273	2.306.632	3.826.385



Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
				2010	2009	2008
Debêntures (2ª emissão) - Série 1 e 2	R\$	106,0% a 120,0% do CDI	04.05.15	550.447	1.014.631	1.021.502
Debêntures (3ª emissão) - Série Única	R\$	-	-	-	232.279	-
Debêntures (4ª emissão) - Série 1 e 2	R\$	108,0% a 112,0% do CDI	01.05.11 a 01.05.12	755.702	752.447	-
Debêntures (4ª emissão) - Série 3	R\$	IPCA + 7,00%	15.04.11 a 15.10.13	80.712	74.911	-
Debêntures (1ª emissão) -Telemig	R\$	IPCA + 0,50% a.a.	05.07.21	63.425	59.600	56.923
Notas Seniores sem Garantia	R\$			-	-	195.269
Notas Promissórias	R\$			-	-	1.091.374
Custo de Emissões	R\$	-	-	-3.215	-4.403	-
Total				1.447.072	2.129.465	2.365.068
Circulante				233.059	266.256	1.308.145
Não Circulante				1.214.013	1.863.209	1.056.923

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía somente as relações de longo prazo descritas no quadro anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As linhas de financiamento contratadas e descritas no quadro constante da alínea (i) acima, bem como nas captações de curto e longo prazo da Companhia incluem cláusulas restritivas condicionadas ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"), tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação e correlatos a relação dívida líquida x EBITDA, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas em periodicidade semestral, durante a vigência dos respectivos contratos, e até 31 de dezembro de 2010 estavam sendo plenamente observadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$1.282,0 milhões (R\$1.474,4 milhões em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.



O contrato de prestação de SMP entre a Companhia, e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$63,4 milhões (R\$59,6 milhões em 31 de dezembro de 2009), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinado limite baseado substancialmente em índices financeiros de balanço e LAJIDA ou *EBITDA* (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), entre outras. Em 31 de dezembro de 2010, o índice financeiro contratualmente estipulado foi integralmente cumprido.

De acordo com o prospecto da 4ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 810 milhões, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos. Segue memória de cálculo:

Patrimônio líquido /Ativo Total	0,46
Índice mínimo de 0,32	
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA	0,30
Índice máximo de 2,50	
Dívida Financeira Líquida de CP / EBITDA	-0,37
Índice máximo de 0,20	
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (Res. Financeiro)	17,50
Índice mínimo de 3,00	

g. limite de utilização dos financiamentos já contratados

A tabela a seguir informa os limites de crédito utilizados junto a instituições financeiras:

Empresa	Instituição	Tipo	Contrato	Crédito Contratado ME	Crédito Contratado R\$	Moeda	Crédito Utilizado R\$	% Utilizado
Vivo	BNDES (FINEM)	Indireto	Contrato nº 10.299.457-2 Contrato A	22.074.000	22.074.000	UMBND (*)	22.074.000	100%
Vivo	BNDES (FINEM)	Indireto	Contrato nº 10.299.457-2 Contrato B	88.296.000	88.296.000	URTJLP (*)	88.296.000	100%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	Contrato nº 07.2.0366.1	1.530.459.000	1.530.459.000	URTJLP (*)	1.530.459.000	100%
Vivo	BNB	Contrato A	Contrato nº 02449992-A	247.240.000	247.240.000	R\$	247.240.000	100%
Vivo	BNB	Contrato B	Contrato nº 02449992-B	389.000.000	389.000.000	R\$	389.000.000	100%
Vivo	BEI	-	-	250.000.000	624.437.068	EUR	624.437.068	100%
Vivo	BNDES (PSI)	Indireto	-	270.513.460	270.513.460	R\$	155.794.203	58%
Vivo Part	BNDES (PSI)	Indireto	-	49.413.388	49.413.388	R\$	15.880.874	32%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inseridas neste Formulário de Referência, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 foram extraídas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras padronizadas consolidadas anuais da Companhia (as quais estão em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia). As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2009 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), que não diferem das práticas contábeis adotadas no



Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 estão sendo apresentadas conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009.. Portanto não contemplam a aplicação dos CPC's emitidos durante o exercício de 2009 e não estão em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Desta forma não são comparáveis com os dados dos exercícios de 2009 e 2010.

A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008

A tabela a seguir mostra determinados componentes dos resultados, nos períodos apresentados.

A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Para cumprimento da Instrução CVM 480, apresentamos os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme normas contábeis vigentes no Brasil à época do arquivamento da DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto estes dados não são comparáveis a 31 de dezembro de 2009 e 2010, que estão sendo reapresentados em IFRS.

Demonstração de Resultado (consolidado)

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
	2010	2009	2008 (*)		
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Receita operacional líquida	18.105,9	16.637,1	15.469,7	8,8	7,5
Custo de serviços e mercadorias	(9.061,5)	(9.071,0)	(8.179,0)	(0,1)	10,9
Lucro bruto	9.044,4	7.566,1	7.290,7	19,5	3,8
Despesas operacionais:					
Vendas	(4.800,7)	(4.380,4)	(4.107,0)	9,6	6,7
Gerais e administrativas	(1.334,8)	(1.290,8)	(1.164,2)	3,4	10,9
Outras receitas operacionais, líquidas	141,5	100,7	(469,9)	40,5	(121,4)
Total de despesas operacionais	(5.994,0)	(5.570,5)	(5.741,1)	7,6	(3,0)
Lucro operacional antes das despesas financeiras, líquido	3.050,4	1.995,6	1.549,6	52,9	28,8
Despesas financeiras líquidas	(333,2)	(527,1)	(637,7)	(36,8)	(17,3)
Lucro antes dos tributos	2.717,2	1.468,5	911,9	85,0	61,0
Imposto de renda e contribuição social	(823,4)	(590,4)	(469,5)	39,5	25,8
Lucro líquido	1.893,8	878,1	442,4	115,7	98,5
Resultado líquido atribuível a:					
Acionistas controladores	1.893,8	850,7	389,7	122,6	118,3
Acionistas não controladores	-	27,4	52,7	(100,0)	(48,0)
Resultado líquido do exercício	1.893,8	878,1	442,4	115,7	98,5

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro



de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

As receitas operacionais não são apresentadas com base no valor líquido (isto é, após a dedução dos impostos) por categoria de serviços.

A tabela a seguir mostra determinados componentes das receitas operacionais líquidas nos períodos apresentados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
	2010	2009	2008 (*)		
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Franquia e utilização	11.433,0	10.705,2	10.014,0	6,8	6,9
Tarifas de interconexão	6.354,7	6.370,4	6.140,3	(0,2)	3,7
Vendas de aparelhos e acessórios	2.762,0	2.748,3	3.258,1	0,5	(15,6)
Dados e serviços de valor adicionado	4.943,1	3.003,2	2.049,8	64,6	46,5
Outras receitas	224,0	240,7	244,1	(6,9)	(1,4)
Receita operacional bruta	25.716,8	23.067,8	21.706,3	11,5	6,3
Impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos	(5.442,3)	(4.560,1)	(4.295,5)	19,3	6,2
Descontos concedidos e devolução de produtos vendidos	(2.168,6)	(1.870,6)	(1.941,1)	15,9	(3,6)
Receitas operacionais líquidas	18.105,9	16.637,1	15.469,7	8,8	7,5

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada, motivo pelo qual não foi apresentada nos comentários abaixo.

As receitas operacionais líquidas passaram de R\$16.637,1 milhões em 2009 para R\$18.105,9 milhões em 2010, representando um crescimento de 8,8%. O aumento em 2010 reflete principalmente um aumento em dados e serviços de valor agregado, principalmente em acesso a Internet 3G, e receitas de franquia e utilização. A seguir descrevemos os fatores responsáveis pelas variações das receitas.

Franquia e Utilização. As receitas provenientes de uso passaram de R\$10.705,2 milhões em 2009 para R\$11.433,0 milhões em 2010 representando um crescimento de 6,8%. O crescimento nas tarifas de uso em 2010 foi devido, principalmente, a um aumento de 15,1% na base de clientes que atingiu 60,3 milhões em 2010, melhora no mix de clientes e maior atividade da base pré-paga, expressa no aumento do volume de recargas.

Interconexão. As receitas provenientes de interconexão passaram de R\$6.370,4 milhões em 2009 para R\$6.354,7 milhões em 2010, o que representa uma diminuição de 0,2%. A diminuição em 2010 deve-se a um menor volume de tráfego Fixo Móvel como consequência da maior penetração do serviço móvel e promoções que incentivam o conceito de comunidade.

Vendas de aparelhos celulares e acessórios. As receitas provenientes das vendas de aparelhos e acessórios passaram de R\$2.748,3 milhões em 2009 para R\$2.762,0 milhões em 2010, representando um crescimento de 0,5%. O crescimento reflete a maior proporção de acessos em pós pagos e dados nas altas parcialmente compensados pelo aumento na atividade de vendas de *Sim Cards* avulsos.



As receitas provenientes das vendas de aparelhos e acessórios são apresentadas antes de comissões e descontos promocionais e incluem impostos sobre o valor agregado. Em geral, a finalidade de vendas de aparelhos celulares é encorajar o crescimento de clientes e tráfego (e não necessariamente gerar lucros). Dessa forma, a Companhia subsidia parte dos custos dos aparelhos para clientes pós-pagos. A estratégia de subsídios resultou numa perda bruta (calculada como a diferença entre as receitas operacionais líquidas provenientes de vendas menos o custo dos produtos vendidos) para a Vivo de R\$477,2 milhões e R\$779,9 milhões em 2010 e 2009, respectivamente.

Dados, Serviços de Valor Agregado e Outras receitas. As receitas provenientes de dados, serviços de valor agregado e outros serviços passaram de R\$3.243,9 milhões em 2009 para R\$5.167,1 milhões em 2010, o que representa um crescimento de 59,3%. O aumento foi devido, principalmente, a um aumento na base de clientes e um aumento no uso de serviços de dados pelos clientes, incluindo mensagem de texto - ou SMS -, serviços de Internet 3G e outros serviços de valor agregado.

Impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos. Os impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos passaram de R\$4.560,1 milhões em 2009 para R\$5.442,3 milhões em 2010, representando um crescimento de 19,3%. O aumento em 2010 foi devido, principalmente, a um aumento na receita operacional bruta, particularmente em receita de dados e serviços de valor agregado efranquia e utilização. A alíquota efetiva de impostos sobre receitas operacionais brutas varia dependendo da composição das receitas, uma vez que as tarifas de interconexão não estão sujeitas ao ICMS. Dessa forma, impostos sobre valor agregado e outros impostos indiretos corresponderam a 21,3% e 19,8% das receitas operacionais brutas em 2010 e 2009, respectivamente.

Descontos e devolução de produtos vendidos. Descontos e devoluções passaram de R\$1.870,6 milhões em 2009 para R\$2.168,6 milhões em 2010, representando um incremento de 15,9%. Descontos e devoluções corresponderam a 8,4% e 8,1% das receitas operacionais brutas em 2010 e 2009, respectivamente. O incremento em 2010 reflete o aumento nas receitas de vendas e serviços que levaram a maiores concessões de descontos aos nossos clientes.

Custo de serviços e bens

A tabela abaixo apresenta os componentes dos custos de serviços e mercadorias vendidas nos períodos indicados, bem como a variação percentual em relação ao ano anterior:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
	2010	2009	2008 (*)		
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Custo de mercadorias vendidas	(1.649,3)	(2.001,8)	(2.441,9)	(17,6)	(18,0)
Depreciação e amortização	(1.948,2)	(2.282,9)	(1.707,0)	(14,7)	33,7
Insumos, outros serviços externos	(776,5)	(614,0)	(551,3)	26,5	11,4
Interconexão	(2.621,7)	(2.389,0)	(2.146,7)	9,7	11,3
Aluguel, seguro, taxas condominiais e linhas arrendadas	(738,7)	(655,7)	(555,8)	12,7	18,0
Pessoal	(175,5)	(141,4)	(120,1)	24,1	17,7
Impostos	(1.151,6)	(986,2)	(656,2)	16,8	50,3
Custo de serviços e produtos	(9.061,5)	(9.071,0)	(8.179,0)	(0,1)	10,9

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a rerepresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.



Os custos de serviços e mercadorias passaram de R\$9.071,0 milhões em 2009 para R\$9.061,5 milhões em 2010, o que representa um decréscimo de 0,1%. A diminuição dos custos em 2010 reflete a redução no custo das mercadorias vendidas e em custos de depreciação e amortização, parcialmente compensada por um aumento dos custos de interconexão e impostos. A margem bruta (lucro bruto como porcentagem de receitas líquidas) corresponde a 50,0% e 45,5% em 2010 e 2009, respectivamente.

Custo de mercadorias vendidas. Os custos de aparelhos celulares e acessórios passaram de R\$2.001,8 milhões em 2009 para R\$1.649,3 milhões em 2010, o que representa uma diminuição de 17,6%. A variação em 2010 reflete um aumento nas vendas de *Sim Cards avulsos*.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização passaram de R\$2.282,9 milhões em 2009 para R\$1.948,2 milhões em 2010, o que representa uma redução de 14,7%. A variação observada em 2010 foi devida principalmente à finalização, em Junho de 2010, da depreciação acelerada da tecnologia CDMA iniciada em 2009.

Insumos, serviços externos e outros. Este custo passou de R\$614,0 milhões em 2009 para R\$776,5 milhões em 2010, o que representou um aumento de 26,5%. O aumento em 2010 reflete um aumento em serviços terceirizados, principalmente em manutenção de planta e outros custos.

Interconexão. As despesas com interconexão passaram R\$2.389,0 milhões em 2009 para R\$2.621,7 milhões em 2010, o que representa um aumento de 9,7%. O aumento em 2010 reflete o crescimento da nossa base de clientes e o incremento do tráfego sainte off-net.

Aluguel, seguro, taxas condominiais, e linhas arrendadas. As despesas com aluguel, seguro, taxas condominiais e linhas arrendadas passaram de R\$655,7 milhões em 2009 para R\$738,7 milhões em 2010, o que representa um aumento de 12,7%. O aumento em 2010 é devido principalmente a um aumento nos pagamentos de aluguéis compartilhados, aumento na cobertura 3G e na utilização dos circuitos.

Pessoal. As despesas com pessoal passaram de R\$141,4 milhões em 2009 para R\$175,5 milhões em 2010, representando um aumento de 24,1%. O aumento em 2010 foi devido ao incremento nos salários, nos termos do acordo de dissídio coletivo, que são renegociados anualmente e que resultaram em um incremento médio de aproximadamente 5,4% além de um incremento de aproximadamente 6,7% em benefícios, aumento nos custos de programa de treinamento, além de gastos previstos, não recorrentes, relacionados à reestruturações, no valor de R\$ 66 milhões.

Impostos. Os impostos passaram de R\$986,2 milhões em 2009 para R\$1.151,6 milhões em 2010, o que representa um crescimento de 16,8%. O aumento dos impostos em 2010 reflete, principalmente, um aumento na taxa FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações), devido ao aumento da base de clientes.

Despesas operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das despesas operacionais no fim dos exercícios sociais encerrados nos períodos indicados, bem como a variação percentual em comparação ao exercício anterior:



	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
	2010	2009	2008 (*)		
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Despesas de comercialização	(4.800,7)	(4.380,4)	(4.107,0)	9,6	6,7
Despesas gerais e administrativas	(1.334,8)	(1.290,8)	(1.164,2)	3,4	10,9
Outras receitas operacionais líquidas	141,5	100,7	(469,9)	40,5	(121,4)
Total	(5.994,0)	(5.570,5)	(5.741,1)	7,6	(3,0)

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a representação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

As despesas operacionais da Vivo passaram de R\$5.570,5 milhões em 2009 para R\$5.994,0 milhões em 2010, o que representa um aumento de 7,6%. A variação observada em 2010 foi devida principalmente a um aumento nas despesas de comercialização.

Despesas de comercialização. As despesas de comercialização passaram de R\$4.380,4 milhões em 2009 para R\$4.800,7 milhões em 2010, o que representa um crescimento de 9,6%. O aumento em 2010 reflete um incremento nos custos de terceiros, principalmente, custos relacionados a comissões, publicidade e propaganda. Este aumento foi parcialmente compensado por uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa, que diminuiu 20,5% passando de R\$213,2 milhões em 2009 para R\$169,6 milhões em 2010, e por uma redução nas despesas com mão-de-obra terceirizada devido ao processo de internalização de funcionários de lojas próprias, iniciado em Setembro de 2009 e finalizado em Junho de 2010. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representaram 0,6% e 0,9% das receitas brutas de 2010 e 2009, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$1.290,8 milhões em 2009 para R\$1.334,8 milhões em 2010, o que representa um aumento de 3,4%. O aumento em 2010 reflete um incremento nos custos de terceiros, principalmente com serviços bancários e outras despesas, parcialmente compensados por uma redução em custos de depreciação e amortização.

Outras receitas operacionais líquidas. O valor líquido das outras receitas operacionais passou de R\$100,7 milhões em 2009 para R\$141,5 milhões em 2010, o que representa um incremento de 40,5%. Este aumento em 2010 reflete um incremento nas receitas com multas, compensado pelo aumento em despesas com impostos e contribuições, principalmente PIS e COFINS.

Despesas financeiras líquidas

A tabela a seguir apresenta determinados componentes das despesas financeiras, bem como a variação percentual de cada componente ante o exercício anterior, para os períodos indicados.



	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
	2010	2009	2008 (*)		
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Receita financeira	252,6	199,8	304,2	26,4	(34,3)
Ganhos cambiais líquidos	2,7	520,3	(920,1)	(99,5)	(156,5)
Perdas líquidas em contratos de derivativos	(69,2)	(453,8)	519,5	(84,8)	(187,4)
Despesas financeiras	(519,3)	(793,4)	(541,3)	(34,5)	46,6
Total	(333,2)	(527,1)	(637,7)	(36,8)	(17,3)

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

As despesas financeiras líquidas tiveram uma queda de 36,8% quando comparado 2010 com 2009. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram principalmente o pagamento das licenças 3G junto à Anatel (quitadas integralmente em out/09) e a composição da dívida que está apoiada basicamente em operações estruturadas junto a bancos de fomentos. Em contrapartida, temos um aumento na receita financeira devido a um maior caixa médio aplicado (R\$ 2.196,5 no 2010 e R\$ 1.349,1 no 2009).

Despesa não-operacional líquida

Para 2009, 2008 e 2007, devido a uma mudança nas regras contábeis brasileiras, essa rubrica foi eliminada e é agora contabilizada como uma despesa operacional.

Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou despesas de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$823,4 milhões em 2010 e de R\$590,4 milhões em 2009, o que representou um aumento de 39,5%. O aumento em 2010 está relacionado a um maior lucro antes de imposto de renda e contribuição social.

Participações não-controladoras

Em 2010 não houve participação de não-controladores registrada na Vivo. A participação não controladora registrada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 era de R\$27,4 milhões e representava a participação dos sócios não controladores da Telemig nos meses de janeiro a julho de 2009.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

O lucro líquido de R\$1.893,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 representa um aumento de 115,7% em comparação ao total de R\$878,1 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009.



EBITDA

O EBITDA atingiu R\$5.831,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, em contraste a R\$5.224,4 milhões verificados no mesmo período em 2009, representando um aumento de 11,6%, ou R\$607,4 milhões.

Cálculo do EBITDA (em milhões de reais)	2010	2009	2008 (*)	Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
Resultado antes dos tributos e participações	2.717,2	1.468,5	911,9	85,0	61,0
(+) Depreciações e amortizações	2.781,4	3.228,8	2.974,2	(13,9)	8,6
(+) Despesas financeiras, líquidas	333,2	527,1	637,7	(36,8)	(17,3)
EBITDA	5.831,8	5.224,4	4.523,8	11,6	15,5
Margem EBITDA	32,2%	31,4%	29,2%	0,8 p.p.	2,2 p.p.

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.



Principais alterações nas Contas Patrimoniais Consolidadas

Ativos

Ativo	31 de dezembro de 2010	%	31 de dezembro de 2009	%	31 de dezembro de 2008 (*)	%	Varição percentual dez-2010/dez-2009	Varição percentual dez-2009/dez-2008
Caixa e equivalentes de caixa	2.140,8	9,8	1.258,6	5,9	2.182,9	9,2	70,1	(42,3)
Aplicações financeiras em garantia	-	-	-	-	41,5	0,2	n.d.	(100,0)
Contas a receber, líquidas	2.821,4	12,9	2.546,8	12,0	2.578,5	10,8	10,8	(1,2)
Estoques	287,9	1,3	423,6	2,0	778,7	3,3	(32,0)	(45,6)
Tributos a recuperar	1.003,4	4,6	1.186,2	5,6	2.358,7	9,9	(15,4)	(49,7)
Depósitos e bloqueios judiciais	138,9	0,9	200,9	1,3	-	-	(30,9)	n.d.
Despesas antecipadas	182,9	0,8	162,0	0,8	316,6	1,3	12,9	(48,8)
Operações com derivativos	-	-	14,7	0,1	347,4	1,5	(100,0)	(95,8)
Outros Ativos	233,0	1,1	171,0	0,8	323,0	1,4	36,3	(47,1)
Circulante	6.808,3	31,2	5.963,8	28,2	8.927,3	37,5	14,2	(33,2)
Realizável a longo prazo:								
Aplicações financeiras em garantia	93,0	0,4	90,5	0,4	47,3	0,2	2,8	91,3
Tributos a recuperar	1.038,1	4,8	968,4	4,6	905,9	3,8	7,2	6,9
Tributos diferidos	1.789,7	8,2	2.122,4	10,0	1.826,1	7,7	(15,7)	16,2
Depósitos e bloqueios judiciais	1.001,1	353,6	609,0	377,6	-	-	64,4	n.d.
Operações com derivativos	108,1	0,5	137,1	0,6	285,3	1,2	(21,2)	(51,9)
Despesas antecipadas	17,3	0,1	23,4	0,1	80,2	0,3	(26,1)	(70,8)
Outros Ativos	1,6	0,0	3,1	0,0	46,3	0,2	(48,4)	(93,3)
Investimentos	-	-	-	-	0,1	0,0	n.d.	(100,0)
Imobilizado, líquido	6.324,4	29,0	6.408,5	30,3	7.183,9	30,2	(1,3)	(10,8)
Intangível, líquido	4.662,2	21,3	4.857,2	22,9	4.439,0	18,7	(4,0)	9,4
Diferido, líquido	-	-	-	-	55,4	0,2	n.d.	(100,0)
Não circulante	15.035,5	68,8	15.219,6	71,8	14.869,5	62,5	(1,2)	2,4
Total do ativo	21.843,8	100,0	21.183,4	100,0	23.796,8	100,0	3,1	(11,0)

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo total do ativo era de R\$21.843,8 milhões, 3,1% maior que o saldo em 31 de dezembro de 2009, que totalizava R\$21.183,4 milhões. As principais variações entre os períodos de 31 de dezembro de 2010 e 2009 são descritas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2010, as disponibilidades apresentaram um aumento de R\$882,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, devido principalmente à geração de caixa operacional e novas captações de empréstimos, compensado por pagamentos de fornecedores, liquidações de contratos de empréstimos e debêntures e pagamento de dividendos.

Contas a Receber, líquidas. Em 31 de dezembro de 2010, registraram um aumento de 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2009, justificado principalmente pelo aumento nas contas a receber de serviços faturados, a faturar, interconexão e contas a receber de revendas de cartões pré-pagos, que foi impulsionada pelo crescimento do volume de recargas.



Estoques. Reduziram em R\$136 milhões em 31 de dezembro de 2010 quando comparados a 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se, principalmente, à redução no giro dos estoques causada pela otimização das estratégias de logística e distribuição.

Tributos a Recuperar. Os tributos a recuperar circulantes e não circulantes apresentaram uma redução de 5,2% em 31 de dezembro de 2010, quando comparados à posição em 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se principalmente à redução de R\$55 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados e R\$65 milhões em PIS e COFINS a recuperar, compensada pelo aumento do ICMS a recuperar/apropriar.

Tributos Diferidos. Apresentaram uma redução de cerca de R\$333 milhões, em 31 de dezembro de 2010, quando comparados à posição em 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se, principalmente, à realização de R\$207 milhões dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, e R\$153 milhões de benefícios fiscais de ágios gerados em processos de reestruturações societárias, compensados pela geração de R\$27 milhões de créditos referentes a diferenças temporárias.

Depósitos e bloqueios judiciais. Os depósitos e bloqueios judiciais, circulantes e não circulantes, apontaram um aumento de 40,8% em 31 de dezembro de 2010 na comparação com 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se principalmente ao aumento de R\$309 milhões em depósitos judiciais de causas tributárias.

Despesas Antecipadas. As despesas antecipadas circulantes e não circulantes aumentaram cerca de R\$15 milhões, em 31 de dezembro de 2010 em comparação a 31 de dezembro de 2009. Esta variação é justificada, principalmente pelo aumento dos valores antecipados referentes a propaganda e publicidade.

Operações com Derivativos. As operações com derivativos, circulantes e não circulantes, reduziram 28,8% em 31 de dezembro de 2010 em comparação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é explicada principalmente pelas liquidações de contratos de *swap* em 2010, no montante de R\$43 milhões, além das despesas financeiras líquidas registradas nas operações do período.

Outros Ativos (Inclui os valores com partes relacionadas). Os outros ativos, circulantes e não circulantes, apresentam um aumento de aproximadamente R\$60 milhões em 31 de dezembro de 2010, quando comparados com 31 de dezembro de 2009. Este aumento é explicado principalmente pelos aumentos de R\$34 milhões nos créditos com fornecedores e R\$26 milhões com diferimento dos subsídios na venda de mercadorias.

Imobilizado e Intangível, Líquidos. Permaneceram praticamente estáveis em 31 de dezembro de 2010 quando comparados a 31 de dezembro de 2009, visto que as adições de R\$2.489 milhões de CAPEX foram compensadas pela depreciação, amortização e baixas do período.



Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2010	%	31 de dezembro de 2009	%	31 de dezembro de 2008 (*)	%	Varição percentual dez-2010/dez-2009	Varição percentual dez-2009/dez-2008
Pessoal, encargos e benefícios sociais	283,1	1,3	161,3	0,8	185,5	0,8	75,5	(13,0)
Fornecedores e contas a pagar	3.424,6	15,7	3.053,6	14,4	3.726,3	15,7	12,1	(18,1)
Impostos, taxas e contribuições	1.005,6	4,6	953,4	4,5	785,6	3,3	5,5	21,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures	715,6	3,3	954,7	4,5	3.119,8	13,1	(25,0)	(69,4)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	492,7	2,3	322,4	1,5	545,9	2,3	52,8	(40,9)
Provisões	120,1	0,5	134,2	0,6	91,1	0,4	(10,5)	47,3
Operações com derivativos	43,5	0,2	31,0	0,1	105,4	0,4	40,3	(70,6)
Receitas diferidas	548,5	2,5	590,3	2,8	-	-	(7,1)	n.d.
Outras obrigações	249,8	1,1	250,6	1,2	820,2	3,4	(0,3)	(69,4)
Circulante	6.883,5	31,5	6.451,5	30,5	9.379,8	39,4	6,7	(31,2)
Exigível a longo prazo :								
Impostos, taxas e contribuições	1.058,6	4,8	736,1	3,5	275,3	1,2	43,8	167,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.198,3	14,6	4.169,8	19,7	4.883,3	20,5	(23,3)	(14,6)
Provisões	410,4	1,9	315,9	1,5	102,9	0,4	29,9	207,0
Operações com derivativos	90,8	0,4	131,4	0,6	98,0	0,4	(30,9)	34,1
Receitas diferidas	60,6	0,3	34,4	0,2	-	-	76,2	n.d.
Outras obrigações	1,3	0,0	1,2	0,0	202,2	0,8	8,3	(99,4)
Não circulante	4.820,0	22,1	5.388,8	25,4	5.561,7	23,4	(10,6)	(3,1)
Capital social realizado	8.780,1	40,2	8.780,1	41,4	6.710,5	28,2	-	30,8
Prêmio na aquisição de participação de acionistas não controladores	(1.258,8)	(5,8)	(1.258,8)	(5,9)	-	-	-	n.d.
Ações em tesouraria	(11,1)	(0,1)	(11,1)	(0,1)	(11,1)	(0,0)	-	-
Reservas de capital	518,7	2,4	518,7	2,4	708,6	3,0	-	(26,8)
Reservas de lucro	270,3	1,2	903,1	4,3	859,5	3,6	(70,1)	5,1
Dividendos complementares propostos	1.841,1	8,4	611,9	2,9	-	-	200,9	n.d.
Resultados acumulados	-	-	(200,8)	(0,9)	-	-	(100,0)	n.d.
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	n.d.	n.d.
Total do patrimônio líquido	10.140,3	46,4	9.343,1	44,1	8.267,5	34,7	8,5	13,0
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	587,8	2,5	n.d.	(100,0)
Total do passivo e do patrimônio líquido	21.843,8	100,0	21.183,4	100,0	23.796,8	100,0	3,1	(11,0)

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a rerepresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo total do passivo era de R\$21.843,8 milhões, 3,1% maior que o saldo de 31 de dezembro de 2009, que totalizava R\$21.183,4 milhões. As principais variações dos períodos em referências são descritas a seguir:

Pessoal, encargos e benefícios sociais. Apresentou um incremento de 75,5% quando comparamos 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2009. Este aumento é justificado principalmente pela conclusão da internalização dos colaboradores de lojas próprias, efeitos do acordo coletivo de trabalho 2010/2011, que foi aprovado ainda em 2010, e pela provisão referente a outras indenizações.

Fornecedores e Contas a Pagar. Aumentaram 12,1% em 31 de dezembro de 2010 quando comparados a 31 de dezembro de 2009. Este aumento é reflexo do crescimento em fornecedores de OPEX, CAPEX e mercadorias para revenda, e nas obrigações de interconexão e interligação com outras operadoras.

Impostos, Taxas e Contribuições. Os impostos, taxas e contribuições circulantes e não circulantes aumentaram 22,1% em 31 de dezembro de 2010, quando comparados a 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se ao incremento dos tributos: Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, ICMS, PIS



e COFINS, FISTEL, CIDE e FUST / FUNTTEL, que estão diretamente relacionados à melhor performance operacional da companhia.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures. Os empréstimos, financiamentos e debêntures, circulantes e não circulantes, em 31 de dezembro de 2010, registraram uma redução de aproximadamente R\$1.211 milhões em relação com 31 de dezembro de 2009, justificada por R\$2.080 milhões em amortizações de contratos de empréstimos e debêntures, compensada por R\$510 milhões em captações de novos contratos e R\$359 milhões de encargos e atualizações financeiras gerados no período.

Provisões (Inclui provisões para contingências, provisões para desmobilização de ativos e provisões para planos de benefícios pós emprego). As provisões, circulantes e não circulantes, registraram um aumento de cerca de R\$80 milhões em 31 de dezembro de 2010 na comparação a 31 de dezembro de 2009. Este aumento foi gerado por novas provisões para contingências, pelo crescimento das provisões para desmobilização de ativos (decorrentes do crescimento do volume de sites locados) e pelo registro de atualizações monetárias sobre as provisões mantidas neste item.

Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos. Registraram um aumento de 52,8% em 31 de dezembro de 2010 em relação a 31 de dezembro de 2009. Este aumento é resultado de novas destinações referentes a dividendos complementares do exercício de 2009 e dos dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF, do exercício de 2010, decorrentes da melhor performance operacional da companhia.

Operações com Derivativos. Os derivativos circulantes e não circulantes registraram uma redução de 17,3%, em 31 de dezembro de 2010, quando comparados a 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se à liquidação de R\$85 milhões em contratos no período, compensados pelo registro de R\$57 milhões como resultado das operações no exercício de 2009.

Receitas Diferidas. As receitas diferidas circulantes e não circulantes apresentaram uma redução de 2,5% em 31 de dezembro de 2010, permanecendo praticamente estáveis quando comparadas a 31 de dezembro de 2009. Esta variação deve-se principalmente à redução dos valores referentes a serviços a prestar, ao programas de fidelização de clientes, e das receitas diferidas em equipamentos recebidos por doação, compensada por novas receitas diferidas referentes a subvenções governamentais.

Outras Obrigações (Inclui os valores com partes relacionadas). As outras obrigações circulantes e não circulantes, não apresentaram variação representativa nos períodos compreendidos entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

Patrimônio Líquido. Apresentou em 31 de dezembro de 2010 um aumento de R\$797 milhões, em comparação a 31 de dezembro de 2009. Este aumento é gerado principalmente pelo efeito de R\$1.894 milhões referentes ao resultado do exercício parcialmente compensado pelos efeitos das destinações de R\$612 milhões referentes a dividendos complementares do exercício de 2009 e R\$483 milhões referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2010.

Fluxo de Caixa

O aumento líquido do Caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$882,2 milhões, sendo que foram gerados R\$4.461,4 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R\$1.562,7 milhões nas atividades de investimento e houve uma redução de R\$2.016,5 milhões no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento. A redução líquida do Caixa no exercício de 2009 foi de R\$924,3 milhões, sendo que foram gerados R\$4.041,5 milhões com as atividades operacionais, investidos R\$2.270,8 milhões nas atividades de investimento e houve uma redução de R\$2.695,0 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme demonstrado abaixo:



Demonstração do Fluxo de Caixa <i>(em milhões de reais)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008 (*)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.461,4	4.041,5	4.239,9
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.562,7)	(2.270,8)	(4.773,3)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(2.016,5)	(2.695,0)	525,3
Geração (consumo) de caixa e equivalentes de caixa	882,2	(924,3)	(8,1)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	1.258,6	2.182,9	2.191,0
No fim do período	2.140,8	1.258,6	2.182,9

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente do crescimento das receitas pelo aumento do parque e pela venda de novos serviços além da eficiência no controle dos custos decorrente da melhoria nos processos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$4.461,4 milhões, R\$419,9 milhões acima dos R\$4.041,5 milhões gerados no mesmo período de 2009. Essa variação deveu-se, principalmente, ao lucro líquido ajustado por despesas que não afetam o caixa como depreciação e amortização.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: equipamentos de transmissão, infra-estrutura, equipamentos de comutação e terminais em comodato.

As atividades de investimentos apresentam um consumo de caixa de R\$1.562,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, gerando um caixa após as atividades de investimento de R\$2.898,7 milhões. Os investimentos continuam sendo destinados a aumento da cobertura, ampliação da capacidade de rede e na área de tecnologia de informação, objetivando a constante busca da satisfação dos clientes, através na alta qualidade na prestação de serviços.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em prover capacidade para amortizações e juros dos empréstimos e financiamentos e para o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

As atividades de financiamento apresentam um consumo de R\$2.016,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra R\$2.695,0 milhões de consumo em 2009. Esse menor



consumo deve-se ao menor volume de pagamento de empréstimos, onde o principal motivo foi o pré-pagamento das licenças 3G ocorridas em 2009.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pelos seguintes itens:

- tarifas de uso, que abrangem tarifas relativas a chamadas efetuadas, franquia, *roaming* e serviços similares;
- receitas oriundas da venda de aparelhos e acessórios;
- tarifas de interconexão (ou tarifas de uso de rede), que consistem em valores cobrados de outros provedores de serviços de telefonia celular e fixa ou de longa distância, relativas ao uso da rede da Companhia; e
- outras tarifas, inclusive tarifas relativas a serviços de mensagem de texto (SMS), Internet, *downloads*, encaminhamento de chamadas, chamadas em espera, correio de voz e bloqueio de chamadas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receitas Operacionais

- Crescimento da base de acessos móveis como consequência da alta penetração atingida pelo celular, mesmo entre as camadas de mais baixo poder aquisitivo, registrando um aumento de 14,1 pontos percentuais na comparação de 2010 com 2009 (104,6% em 2010 e 90,5% em 2009).
- Alto crescimento dos acessos atrelados à serviços de internet com tecnologia 3G com consequente monetização através da venda de planos de dados à clientes atuais e novos. Crescimento este, observado na participação da receita de dados e SVAs em relação a receita líquida de serviços, que passou de 13,6% em 2009 a 20,7% em 2010.
- Maior penetração e utilização de serviços de SMS por parte de clientes pós pagos e pré pagos.
- Amadurecimento dos serviços de voz advindo da alta penetração do serviço e à maior pressão competitiva provocando reduções na tarifa média praticada neste serviço.
- Altos investimentos em qualidade e na formação da marca Vivo que resultaram em maior atração de novos clientes, fidelização e retenção dos atuais.

Despesas Operacionais

- O menor dispêndio com subsídios devido à maior penetração móvel existente e à maior proporção de clientes ativados com chip avulso (ativação de clientes sem aparelho), reflete na redução do custo de aquisição de clientes.



- Menores gastos comerciais para ativação de clientes em relação ao crescimento da base devido à maior penetração móvel e maior foco na fidelização e retenção dos clientes de maior valor por parte da companhia. Os custos comerciais apresentaram aumento de 2,9% em 2010, enquanto a base de clientes cresce 16,5% em 2010.

- Maiores gastos para suportar crescimento da base de acessos e aumento de despesas com tributos correlacionados ao aumento da base (16,8% de crescimento em 2010 totalizando o valor de R\$1.151,6 milhões enquanto em 2009 tivemos R\$ 986,2 milhões), em especial aumento no pagamento da taxa FISTEL.

Com relação a tendências é muito provável que os fatores mencionados acima continuem a afetar os resultados, a médio prazo, em especial:

- Que o crescimento da internet móvel, que hoje se dá através de maior penetração no segmento pós pago, seja estendida também ao segmento pré pago uma vez que haja uma redução no custo dos smartphones por parte dos fabricantes.

- Que o serviço de internet 3G seja oferecido em uma maior proporção da população através do aumento previsto da cobertura em tecnologia 3G por parte da companhia para a grande maioria da população até o final do ano de 2011.

- Que o crescimento ainda maior da penetração móvel no país e amadurecimento do serviço de voz redirecione os esforços dos competidores à fidelização e rentabilização de clientes, reduzindo despesas comerciais e aumentando a rentabilidade do setor.

Com relação a incertezas podemos citar como principais:

- O ambiente competitivo e os efeitos da entrada de novo concorrente no Serviço Móvel Pessoal (SMP) no mercado de telefonia móvel no SMP (Serviço Móvel Pessoal), a partir da aquisição de licenças na última licitação da Anatel ocorrida em dezembro de 2010.

- Criação de operadores virtuais (já regulamentada pela Anatel)

- Incerteza Regulamentar, em especial com relação à potenciais alterações na tarifa de interconexão que poderão ser realizadas pela Anatel a partir de 2011.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é função da tarifação de minutos de Voz, Venda de serviços de conexão a Internet através de modems ou aparelhos celulares entre outros. Estas receitas são obtidas por intermédio de modos de pagamento Pré-Pago e Pós-Pago. No caso do Pré-Pago o cliente carrega valores através de cartões (eletrônicos ou convencionais) adquiridos em um dos mais de 500.000 pontos de recarga, estes valores de recarga somente são contabilizados como receita tão logo são usados por nossos clientes. No caso do Pós-Pago o uso acontece antes do referido pagamento por parte dos consumidores e a receita é contabilizada de acordo com o uso no período. Decorrente dos serviços disponibilizados, a receita líquida total da Companhia apresentou evolução de 8,8%, ou R\$ 1.468,80 na comparação do exercício de 2010 em relação ao de 2009.

Em 2010 foram realizadas diversas promoções nos preços dos minutos concedendo promoções ou bônus para o segmento Pré-Pago. No segmento Pós-Pago foram realizados ajustes pontuais no composto das ofertas permitindo maior flexibilidade de ajuste por parte dos consumidores bem como maior número de minutos, Mensagens Curtas (SMS) e MB de dados. Todos estes procedimentos e ajustes contribuíram para o crescimento



na Receita Total de Serviços que aumentou R\$ 1.468,80 em 2010 em relação a 2009, crescimento de 9,9% em relação a 2009. Houve uma evolução mais significativa no crescimento das receitas oriundas da comercialização de acesso a internet e mensageria.

Todas as promoções e evoluções nas ofertas contribuíram para o aumento nos minutos e dados trafegados em nossa rede. A tecnologia por sua vez tem contribuído para capacitar nossa rede para este aumento. Contribuiu também para o crescimento das receitas o aumento do parque de clientes de 16,5% (29,1% no segmento pós-pago) em 2010.

A inflação tem pouca influência para estabelecer os preços dos minutos e a maior capacidade e eficiência das redes tem contribuído para tornar os serviços mais acessíveis tanto em montante quanto em qualidade para todos os consumidores.

A taxa de câmbio afeta especialmente a comercialização de terminais, a grande maioria dos terminais tem componentes cotados em Dólar ou são totalmente importados. A venda de terminais não é a principal atividade da Empresa, por isso é apenas um instrumento para vendermos os serviços de conexão e telecomunicações. A receita proveniente da venda de aparelhos apresentou redução de 4,1% na comparação entre os exercícios de 2010 (R\$ 1.172,1 milhões) e 2009 (R\$ 1.221,9 milhões). Essas variações refletem a maior atividade de vendas de *Sim Cards* avulsos. Os subsídios aplicados na venda dos terminais estão mais relacionados com o compromisso contratual de receita do cliente que com o preço do terminal em si.

Experimentamos um período de intensa adoção de nossos serviços de internet móvel e SMS+MMS que tem crescido significativamente. Dessa forma, as receitas de dados e SVAs (Serviços de Valor Adicionado) experimentaram um crescimento de 57,5% na comparação do ano de 2010 em relação a 2009.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro.

Resultado Operacional

O impacto da inflação reflete-se principalmente nos custos de aluguéis, energia, pessoal entre outros itens operacionais. Os índices de inflação Brasileiros encontram-se mais estáveis que no passado recente, repercutindo de forma menos significativa em nossos custos. O total dos custos operacionais, excluindo os gastos com depreciação e amortização, apresentaram crescimento de 7,5% na comparação do exercício de 2010 em relação ao de 2009, mais precisamente relacionados à maior atividade comercial do que em relação ao impacto inflacionário.

O câmbio por sua vez, tal qual comentado no item anterior, afeta principalmente os custos de terminais que possuem componentes e origem estrangeira. O impacto líquido dos terminais celulares no resultado, por sua vez, reflete-se mais na conta de Custo de Mercadorias Vendidas, que apresentou redução de 17,6% na comparação de 2010 (R\$ 1.649,3 milhões) em relação a 2009 (R\$ 2.001,8 milhões) pela menor venda de aparelhos em razão das altas apenas de *simcards*. O subsídio aplicado pela Vivo para a venda de terminais é função da contrapartida oferecida por seus clientes na hora da escolha de seu plano de serviço e assinatura do contrato de serviços.

A taxa de juros por sua vez implica em maiores custos no financiamento dos terminais, quando adquiridos de forma parcelada nas lojas próprias ou canais indiretos.

Resultado Financeiro

A variação cambial tem pouca influência no resultado financeiro, pois as operações financeiras em moeda estrangeira são protegidas por *swaps* de câmbio para CDI.

As despesas financeiras liquidas tiveram uma queda de 36,8% quando comparado 2010 com 2009. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram principalmente o pagamento das licenças 3G



junto à Anatel (quitadas integralmente em out/09) e a composição da dívida que está apoiada basicamente em operações estruturadas junto a bancos de fomentos. Em contrapartida, temos um aumento na receita financeira em 2010 devido a um maior caixa médio aplicado (R\$ 2.196,5 em 2010 e R\$ 1.349,1 em 2009).

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação percentual 2010/2009	Variação percentual 2009/2008
	2010	2009	2008 (*)		
	<i>(em milhões de reais)</i>				
Receita financeira	252,6	199,8	304,2	26,4	(34,3)
Ganhos cambiais líquidos	2,7	520,3	(920,1)	(99,5)	(156,5)
Perdas líquidas em contratos de derivativos	(69,2)	(453,8)	519,5	(84,8)	(187,4)
Despesas financeiras	(519,3)	(793,4)	(541,3)	(34,5)	46,6
Total	(333,2)	(527,1)	(637,7)	(36,8)	(17,3)

(*) A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Porém a regulamentação das divulgações obrigatórias previstas na Deliberação 609/09 não contempla a reapresentação dos dados correspondentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. Para cumprimento da Instrução CVM 480/09, apresentamos a seguir os valores relativos a 31 de Dezembro de 2008 em BRGAAP, conforme divulgadas na DFP de 31 de dezembro de 2009. Portanto sua comparabilidade com os anos de 2009 e 2010 é inadequada.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação do segmento operacional

Não aplicável.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos de operações não usuais

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards*



Board (IASB), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

O IFRS 1 (*First-time adoption of International Reporting Standards*) / CPC 37 (Primeira adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exigem que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações, em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS/CPC (31 de dezembro de 2010), na data de transição para o IFRS/CPC (1º de janeiro de 2009) e para o período comparativo apresentado nas primeiras demonstrações em IFRS/CPC (31 de dezembro de 2009).

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Reconciliação entre IFRS/CPC e as Práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009

A seguir, demonstramos as principais diferenças entre IFRS/CPCs e as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 que afetaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização. Para atender o disposto no IAS 12 e CPC 32, os tributos diferidos foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante. Além destas reclassificações, o imposto de renda e contribuição social decorrente dos ajustes dos IFRS/CPCs foram classificados como ativo não circulante.

b) *Taxa de fiscalização e instalação (TFI)*: Corresponde aos valores pagos mensalmente sobre adições líquidas de novos clientes, os quais eram amortizados pelo período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses. Com o intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia e controlada passaram a reconhecer estes valores pagos diretamente no resultado no momento em que a taxa é devida, no grupo de “Custo dos Serviços Prestados”, na linha de “Impostos, taxas e contribuições”. Os devidos ajustes foram efetuados de forma retrospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

c) *Depósitos judiciais*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de depósitos judiciais dados em garantia a processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários eram apresentados no balanço patrimonial como redutores dos respectivos passivos. Para atender o disposto no IAS 37/CPC 25, a Companhia e controlada reclassificaram os referidos depósitos judiciais para o ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização.

d) *Planos de benefícios pós emprego*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os ativos atuariais líquidos dos planos de benefícios pós emprego não eram reconhecidos contabilmente. Para atender o disposto no IAS 19/CPC 33, a Companhia e controlada passaram a reconhecer os ativos atuariais líquidos dos planos de benefício pós emprego, limitados às restrições de recuperabilidade de superávits aplicáveis a patrocinadores de fundos de pensão brasileiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios pós-emprego e os montantes referentes



a limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções de contribuições futuras estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, não mais gerando impacto no resultado operacional. Conforme determinado pelo IAS 19/CPC 33, neste mesmo momento, estes montantes são transferidos para a rubrica de lucros (prejuízos) acumulados.

e) *Encargos financeiros capitalizados*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os encargos financeiros de certos contratos de empréstimos e financiamentos relacionados à atividade de investimento eram capitalizados com base na média dos valores de obras em andamento e depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. De acordo com o disposto no IAS 23/CPC 20, os custos de empréstimos devem ser capitalizados para todos os ativos qualificáveis a partir de 1º de janeiro de 2009 de forma prospectiva. Após análise efetuada pela Companhia e controlada, concluiu-se que o período de maturação de suas obras não é significativo e que tais encargos não devem ser capitalizados. Em 2009 não houve ativos considerados qualificáveis, portanto, quaisquer custos de empréstimos capitalizados em 2009 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 foram revertidos pela adoção inicial de IFRS/CPC.

f) *Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis. Para atender o disposto no IAS 27R/CPCs 35 e 36, todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores, passaram a ser tratadas como transações patrimoniais, com todos os efeitos registrados no patrimônio líquido, quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados. O ágio previamente gerado nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo despesas capitalizadas no processo, foi eliminado contra o patrimônio líquido da Companhia.

g) *Ativo diferido*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, a Companhia e controlada mantiveram o saldo de gastos pré-operacionais, registrado como ativo diferido. Com a adoção do IFRS/CPC, a Companhia e controlada optaram por efetuar a baixa destes valores. Os devidos ajustes foram efetuados de forma retrospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

h) *Reconhecimento de receitas de transações multielementos*: Para atender o disposto no IAS 18/CPC 30, os valores de minutos incluídos nas transações multielementos passaram a ser segregados e demonstrados no resultado como receita de serviços quando da utilização de tais serviços pelos clientes. Os devidos ajustes foram efetuados de forma prospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

i) *Reserva de doações e subvenções*: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores dos equipamentos de rede doados por fornecedores eram apropriados diretamente em conta específica de reserva, no patrimônio líquido. Após análises da Companhia e controlada, e com o intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, estes valores foram transferidos para o grupo de “Receitas Diferidas” e estão sendo amortizados para o resultado com base na vida útil dos equipamentos em serviço. Os devidos ajustes foram efetuados de forma retrospectiva, conforme requerido pelo IFRS 1/CPC 37.

j) *Dividendos complementares propostos*: Pela legislação societária brasileira, as companhias poderiam efetuar o reconhecimento dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório na data de encerramento do exercício com base na proposta para a destinação do lucro líquido do exercício. Para atender o disposto no IAS 10/CPC 24/ICPC 8, o reconhecimento dos dividendos complementares passou a



ser efetuado no momento de sua aprovação por órgãos competentes. Desta forma, a Companhia e controlada reverteram o passivo relativo aos dividendos complementares que haviam sido registrados em 31 de dezembro de 2009 e ainda não aprovados em Assembléia Geral Ordinária naquela data e mantiveram tais valores destacados no patrimônio líquido em conta de reserva de dividendos. Os referidos dividendos complementares a receber de controlada e a pagar a seus acionistas foram aprovados para pagamento por Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 31 de março e 16 de abril de 2010, respectivamente. Neste momento foi revertida a reserva de dividendos e constituído o passivo.

k) *Participação de acionistas não controladores*: Refere-se aos efeitos na participação de acionistas não controladores nos ajustes efetuados pela Companhia, provenientes da adoção do IFRS/CPC.

l) *Patrimônio líquido*: Refere-se aos efeitos na participação de acionistas controladores nos ajustes efetuados pela Companhia, provenientes da adoção do IFRS/CPC.

m) *Divulgação das receitas e custos de swap de infraestrutura*: Conforme requerido no CPC 30, os valores das receitas e custos referentes a contratos que contemplam disponibilização mútua, entre operadoras distintas, de ativos de infraestrutura de rede com as mesmas características técnicas, preços, condições contratuais e naturezas de uso semelhantes, passaram a ser divulgados de forma líquida nas receitas e custos. Os devidos ajustes foram efetuados de forma prospectiva, conforme requerido no IFRS 1/CPC 37.

n) *Roaming*: Os valores referentes ao faturamento e repasse do roaming nacional e internacional, que anteriormente eram apropriados no passivo circulante, passaram a ser considerados como receitas e custos de acordo com a competência, conforme a definição de agente e principal descrita no IAS 18/CPC 30. Os devidos ajustes foram efetuados de forma prospectiva, conforme requerido no IAS 18/CPC 30.

o) *Equivalência Patrimonial*: Refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial (investimentos) na controladora, decorrentes dos ajustes de adoção do IFRS /CPCs.

p) *Ágio na incorporação da TCO IP S.A.*: na incorporação da TCO IP S.A., pela Telemig e Telemig Participações, e consequente reestruturação societária, houve a geração de benefícios fiscais nos montantes de R\$45.524 e R\$504.958, respectivamente, que resultou na caracterização de parte do ágio anteriormente registrado como tributos diferidos no ativo circulante e não circulante. Com a adoção do IFRS 27R /CPCs 35 e 36, todos os efeitos desta operação foram revertidos. Desta forma, o ágio original desta operação foi totalmente alocado como ativo intangível.

q) *Reclassificações no balanço patrimonial*: Em decorrência da adoção inicial do IFRS e CPCs, descritos anteriormente, e, no intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia e controlada efetuaram algumas reclassificações no balanço patrimonial, conforme descritas a seguir:

- Aplicações financeiras em garantia: foram reclassificadas do ativo circulante para o não circulante;
- Investimentos: foram reclassificados os valores de outros investimentos para “Outros ativos” não circulantes;
- Planos de benefícios pós emprego: foram reclassificados de “Outras obrigações” para “Provisões”;
- Tributos a recuperar: foram reclassificados entre ativo circulante, não circulante e impostos, taxas e contribuições a pagar, os valores de tributos pagos/retidos antecipadamente;



- Provisão para contingências e provisão para desmobilização de ativos: foram reclassificadas de “Provisões para contingências” e “Outras obrigações” para “Provisões”;
- Notas Promissórias: foram reclassificadas de “Empréstimos e Financiamentos” para “Debêntures e Notas Promissórias”; e
- Programa de fidelidade: foi reclassificado de “Outras obrigações” para a “Receitas Diferidas”.

r) *Reclassificações na demonstração de resultados*: Em decorrência da adoção inicial do IFRS e CPCs, descritos anteriormente, e, no intuito de adequar suas práticas contábeis às melhores práticas internacionais, a Companhia e controlada efetuaram algumas reclassificações em suas demonstrações de resultados, conforme descritas a seguir:

- Despesas e reversões do programa de fidelidade: foram reclassificadas dos grupos de “Despesas com Vendas” e “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” para o grupo de “Receitas brutas de serviços de telecomunicações”;
- Valores de recuperação de despesas e custos com manutenção de rede e outras despesas: foram reclassificadas do grupo de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” para os grupos de “Custos dos serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”;
- Recuperação de créditos com tributos sobre aquisição de mercadorias: foram reclassificados do grupo de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” para o grupo de “Custo de mercadorias vendidas”;
- Despesas bancárias de serviços pré-pagos: foram reclassificados de “Despesas gerais e administrativas” para o grupo de “Despesas com vendas”; e
- Outros valores: registrados como “Despesas recuperadas” foram reclassificados para as suas linhas de origem, conforme informados nos quadros de reconciliação das demonstrações de resultados nesta nota.

Os ajustes provenientes da adoção inicial dos IFRS no consolidado não geraram impactos significativos na demonstração de fluxo de caixa.

Para facilitar o entendimento e identificação dos montantes envolvidos em cada ajuste ou reclassificação, apresentamos a seguir os quadros com os respectivos detalhes em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009, para o consolidado.

Balanços Patrimoniais Consolidado



Ativo	Ajustes e reclassificações	Em 31 de dezembro de 2009		Em 1 de janeiro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
		(859.186)	25.462	(1.316.763)	1.549.800
Aplicações financeiras em garantia		(39.197)	39.197	(41.487)	41.487
Reclassificação - Ativo circulante e não circulante	q)	(39.197)	39.197	(41.487)	41.487
Tributos diferidos e a recuperar		(796.460)	319.893	(1.228.043)	656.684
Reclassificação - Ativo circulante para não circulante	a)	(796.460)	796.460	(1.120.523)	1.120.523
Ajuste - Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes de IFRS	a)	-	102.752	-	99.491
Ajuste - Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	p)	-	(541.124)	-	(550.482)
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	q)	-	(38.195)	(107.520)	(12.848)
Depósitos e bloqueios judiciais		200.907	608.995	164.050	445.283
Reclassificação entre ativos e passivos - Impostos, taxas e contribuições	c)	62.060	447.908	56.439	372.324
Reclassificação entre ativos e passivos - Provisões para contingências	c)	63.785	45.553	41.719	38.359
Reclassificação - Outros ativos	q)	75.062	115.534	65.892	34.600
Despesas antecipadas		(149.374)	(50.953)	(145.391)	(54.143)
Ajuste - Taxa fistel	b)	(149.374)	(54.774)	(145.391)	(54.460)
Ajuste - Superávit dos planos de benefícios pós emprego	d)	-	3.821	-	317
Outros ativos		(75.062)	(115.422)	(65.892)	(34.489)
Reclassificação - Depósitos e bloqueios judiciais	q)	(75.062)	(115.534)	(65.892)	(34.600)
Reclassificação - Investimentos	q)	-	112	-	111
Investimentos					
Reclassificação - Outros ativos	q)	-	(112)	-	(111)
Imobilizado, líquido			(36.605)		
Ajuste - Encargos financeiros capitalizados - Custo	e)	-	(39.913)	-	-
Ajuste - Encargos financeiros capitalizados - Depreciação	e)	-	3.308	-	-
Intangível, líquido			(709.667)		550.482
Ajuste - Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores	f)	-	(1.258.134)	-	-
Ajuste - Reversão de despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	f)	-	(2.015)	-	-
Ajuste - Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	p)	-	550.482	-	550.482
Diferido, líquido					
Ajuste - Reversão do diferido	g)	-	(29.864)	-	(55.393)
Passivo					
		(481.592)	495.552	(847.684)	169.720
Impostos, taxas e contribuições		60.462	419.071	(34.981)	341.871
Ajuste - Efeito dos tributos dos ajustes de IFRS	a)	(1.598)	-	(1.505)	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Depósitos e bloqueios judiciais	c)	62.060	447.908	56.439	372.324
Ajuste - Efeito dos tributos diferidos sobre ágio decorrente da Reestruturação Societária TCO IP	p)	-	9.358	-	-
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos diferidos e antecipados	q)	-	(38.195)	(89.915)	(30.453)
Empréstimos e financiamentos					
Reclassificação - Debêntures e notas promissórias	q)	-	-	(195.369)	-
Debêntures e notas promissórias					
Reclassificação - Empréstimos e financiamentos	q)	-	-	195.369	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos					
Ajuste - Dividendos complementares propostos	j)	(611.925)	-	(362.851)	-
Provisões		134.101	315.872	132.855	337.313
Reclassificação entre ativos e passivos - Depósitos e bloqueios judiciais	c)	63.785	45.553	41.719	38.359
Reclassificação - Provisões para contingências	q)	70.396	98.409	91.136	102.947
Reclassificação - Outras obrigações (provisão para desmobilização de ativos)	q)	-	153.739	-	183.387
Reclassificação - Outras obrigações (planos de benefícios pós emprego)	q)	-	18.171	-	12.620
Provisões para contingências					
Reclassificação - Provisões	q)	(70.396)	(98.409)	(91.136)	(102.947)
Receitas diferidas		590.320	34.388	575.096	39.156
Reclassificação - Outras obrigações	q)	518.643	5.938	451.772	5.938
Ajuste - Reserva de doações e subvenções	i)	-	28.450	-	33.218
Reclassificação - Programa de fidelidade	q)	65.591	-	117.590	-
Ajuste - Receitas com multielementos	h)	6.086	-	5.734	-
Outras obrigações		(584.234)	(175.370)	(569.362)	(201.697)
Reclassificação - Receitas diferidas	q)	(518.643)	(5.938)	(451.772)	(5.938)
Ajuste - Planos de benefícios pós emprego	d)	-	2.478	-	248
Reclassificação - Programa de fidelidade	q)	(65.591)	-	(117.590)	-
Reclassificação - Provisões (provisão para desmobilização de ativos)	q)	-	(153.739)	-	(183.387)
Reclassificação - Provisões (planos de benefícios pós emprego)	q)	-	(18.171)	-	(12.620)
Participação de acionistas não controladores					
Ajuste - Participação de acionistas não controladores	k)	-	-	-	(587.804)
Patrimônio líquido					
Ajuste - Patrimônio líquido	l)	-	-	(847.684)	757.524



Demonstração de Resultados

Consolidado

Demonstração de Resultado	Ajustes IFRS e reclassificações	2009
Receita Operacional Bruta		196.220
Serviços de telecomunicações		380.105
Ajuste - Receitas com multielementos	h)	183.534
Ajuste - Roaming	n)	75.789
Reclassificação de despesas com vendas - Programa de fidelidade	r)	(7.795)
Reclassificação de despesas recuperadas - Programa de fidelidade	r)	59.792
Reclassificação de despesas recuperadas - interconexão	r)	68.785
Vendas de mercadorias		(183.885)
Ajuste - Receitas com multielementos	h)	(183.885)
Deduções da receita operacional bruta		77.688
Ajuste - Receitas com multielementos	h)	92
Reclassificação de despesas recuperadas - ICMS	r)	77.596
Receita operacional líquida		273.908
Custo dos serviços prestados		(128.705)
Ajuste - Roaming	n)	(75.789)
Ajuste - Depreciação encargos financeiros capitalizados	e)	3.208
Ajuste - Taxa Fistel	b)	(4.297)
Reclassificação de despesas recuperadas - Taxa Fistel	r)	5.645
Reclassificação de outras receitas operacionais, líquidas - Fust e Funttel	r)	(127.453)
Ajuste - Divulgação das receitas (custos) de swap de infraestrutura	m)	6.112
Reclassificação de despesas recuperadas - Recuperação de custo com manutenção e outros	r)	63.869
Custo das mercadorias vendidas		9.251
Reclassificação de despesas recuperadas - Recuperação de tributos sobre aquisição de mercadorias	r)	9.251
Lucro bruto		154.454
Despesas com vendas		(22.936)
Reclassificação de despesas recuperadas - Recuperação de despesas com manutenção e outros	r)	8.918
Reclassificação de despesas bancárias (pré pagos)	r)	(39.649)
Reclassificação receitas de serviços - Programa de fidelidade	r)	7.795
Despesas gerais e administrativas		43.395
Reclassificação de despesas recuperadas - Recuperação de despesas com manutenção e outros	r)	6.644
Reclassificação de despesas com vendas - despesas bancárias (pré pagos)	r)	39.649
Ajuste - despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	f)	(2.898)
Outras receitas operacionais, líquidas		(140.080)
Reclassificação de despesas recuperadas - Taxa Fistel	r)	(5.645)
Reclassificação de despesas recuperadas - Programa de fidelidade	r)	(59.792)
Reclassificação de despesas recuperadas - Recuperação de custo e despesas com manutenção e outros	r)	(79.431)
Reclassificação de despesas recuperadas - Recuperação de tributos sobre aquisição de mercadorias	r)	(9.251)
Reclassificação de despesas recuperadas - Interconexão	r)	(68.785)
Reclassificação de despesas recuperadas - ICMS	r)	(77.596)
Ajuste - Divulgação das receitas (custos) de swap de infraestrutura	m)	(6.112)
Ajuste - amortização do ativo diferido	g)	25.529
Reclassificação custo dos serviços prestados - Fust e Funttel	r)	127.453
Ajuste - planos de benefícios pós emprego	d)	10.797
Ajuste - doações e subvenções	i)	4.768
Ajuste - ágio gerado em aumento de capital com reservas	f)	(2.015)
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas		34.833
Despesas financeiras, líquidas		(39.813)
Ajuste - encargos financeiros capitalizados	e)	(39.813)
Prejuízo antes dos tributos e participações		(4.980)
Imposto de renda e contribuição social	a)	22
Participação de acionistas não controladores	k)	(1.787)
Prejuízo gerado na aplicação de IFRS		(6.745)



A seguir, apresentamos os quadros com os valores correspondentes aos impactos gerados: (i) nos balanços patrimoniais consolidados em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009; (ii) na demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2009; e (iii) nos patrimônios líquidos consolidados em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras de 2010 já estão apresentadas com a aplicação dos referidos ajustes e reclassificações.

Reconciliação dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2009 – Data de Transição

Consolidado

ATIVO	Item	Balanco patrimonial em 01.01.09 - antes dos ajustes	Ajustes IFRS	Reclassificações	Balanco patrimonial em 01.01.09 - após os ajustes
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		2.182.913	-	-	2.182.913
Aplicações financeiras em garantia	q)	41.487	-	(41.487)	-
Contas a receber, líquidas		2.578.498	-	-	2.578.498
Estoques		778.704	-	-	778.704
Tributos diferidos e a recuperar	a) e q)	2.358.647	-	(1.228.043)	1.130.604
Depósitos e bloqueios judiciais	c) e q)	-	-	164.050	164.050
Operações com derivativos		347.448	-	-	347.448
Despesas antecipadas	b)	316.622	(145.391)	-	171.231
Outros ativos	q)	322.934	-	(65.892)	257.042
Total do ativo circulante		8.927.253	(145.391)	(1.171.372)	7.610.490
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras em garantia	q)	47.335	-	41.487	88.822
Tributos diferidos e a recuperar	a) , p) e q)	2.732.022	(450.991)	1.107.675	3.388.706
Depósitos e bloqueios judiciais	c) e q)	-	-	445.283	445.283
Operações com derivativos		285.303	-	-	285.303
Despesas antecipadas	b) e d)	80.206	(54.143)	-	26.063
Outros ativos	q)	46.291	-	(34.489)	11.802
Investimentos	q)	111	-	(111)	-
Imobilizado, líquido		7.183.908	-	-	7.183.908
Intangível, líquido	p)	4.438.982	550.482	-	4.989.464
Diferido, líquido	g)	55.393	(55.393)	-	-
Total do ativo não circulante		14.869.551	(10.045)	1.559.845	16.419.351
Total do ativo		23.796.804	(155.436)	388.473	24.029.841



	Nota	Balço patrimonial em 01.01.09 - antes dos ajustes	Ajustes IFRS	Reclassificações	Balço patrimonial em 01.01.09 - após os ajustes
PASSIVO					
Circulante					
Pessoal, encargos e benefícios sociais		185.471	-	-	185.471
Fornecedores e contas a pagar		3.726.324	-	-	3.726.324
Impostos, taxas e contribuições	a), c) e q)	785.603	(1.505)	(33.476)	750.622
Empréstimos e financiamentos	q)	2.006.972	-	(195.269)	1.811.703
Debêntures e notas promissórias	q)	1.112.876	-	195.269	1.308.145
Juros sobre o capital próprio e dividendos	j)	545.864	(362.851)	-	183.013
Provisões	c) e q)	-	-	132.855	132.855
Provisões para contingências	q)	91.136	-	(91.136)	-
Receitas diferidas	h) e q)	-	5.734	569.362	575.096
Operações com derivativos		105.352	-	-	105.352
Outras obrigações	q)	820.233	-	(569.362)	250.871
Total do passivo circulante		9.379.831	(358.622)	8.243	9.029.452
Não circulante					
Impostos, taxas e contribuições	c) e q)	275.272	-	341.871	617.143
Empréstimos e financiamentos		3.826.385	-	-	3.826.385
Debêntures e notas promissórias		1.056.923	-	-	1.056.923
Provisões	c) e q)	-	-	337.313	337.313
Provisões para contingências	q)	102.947	-	(102.947)	-
Receitas Diferidas	i) e q)	-	33.218	5.938	39.156
Operações com derivativos		97.971	-	-	97.971
Outras obrigações	d) e q)	202.144	248	(201.945)	447
Total do passivo não circulante		5.561.642	33.466	380.230	5.975.338
Participação de acionistas não controladores	k)	587.804	(587.804)	-	-
Patrimônio líquido	l)	8.267.527	757.524	-	9.025.051
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.796.804	(155.436)	388.473	24.029.841

Reconciliação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 – Exercício Comparativo

Consolidado



		Balanco patrimonial divulgado em 31.12.09	Ajustes IFRS	Reclassificações	Balanco patrimonial de 31.12.09 - reapresentado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		1.258.574	-	-	1.258.574
Aplicações financeiras em garantia	q)	39.197	-	(39.197)	-
Contas a receber, líquidas		2.546.806	-	-	2.546.806
Estoques		423.634	-	-	423.634
Tributos diferidos e a recuperar	a)	1.982.691	-	(796.460)	1.186.231
Depósitos e bloqueios judiciais	c) e q)	-	-	200.907	200.907
Operações com derivativos		14.700	-	-	14.700
Despesas antecipadas	b)	311.328	(149.374)	-	161.954
Outros ativos	q)	246.028	-	(75.062)	170.966
Total do ativo circulante		6.822.958	(149.374)	(709.812)	5.963.772
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras em garantia	q)	51.344	-	39.197	90.541
Tributos diferidos e a recuperar	a), p) e q)	2.770.909	(438.372)	758.265	3.090.802
Depósitos e bloqueios judiciais	c) e q)	-	-	608.995	608.995
Operações com derivativos		137.060	-	-	137.060
Despesas antecipadas	b) e d)	74.383	(50.953)	-	23.430
Outros ativos	q)	118.523	-	(115.422)	3.101
Investimentos	q)	112	-	(112)	-
Imobilizado, líquido	e)	6.445.109	(36.605)	-	6.408.504
Intangível, líquido	f) e p)	5.566.867	(709.667)	-	4.857.200
Diferido, líquido	g)	29.864	(29.864)	-	-
Total do ativo não circulante		15.194.171	(1.265.461)	1.290.923	15.219.633
Total do ativo		22.017.129	(1.414.835)	581.111	21.183.405
PASSIVO					
Circulante					
Pessoal, encargos e benefícios sociais		161.366	-	-	161.366
Fornecedores e contas a pagar		3.053.587	-	-	3.053.587
Impostos, taxas e contribuições	a) e c)	892.893	(1.598)	62.060	953.355
Empréstimos e financiamentos		688.397	-	-	688.397
Debêntures e notas promissórias		266.256	-	-	266.256
Juros sobre o capital próprio e dividendos	j)	934.358	(611.925)	-	322.433
Provisões para contingências	q)	70.396	-	(70.396)	-
Provisões	c) e q)	-	-	134.181	134.181
Operações com derivativos		30.970	-	-	30.970
Receitas diferidas	h) e q)	-	6.086	584.234	590.320
Outras obrigações	q)	834.824	-	(584.234)	250.590
Total do passivo circulante		6.933.047	(607.437)	125.845	6.451.455
Não circulante					
Impostos, taxas e contribuições	a), p) e q)	317.063	9.358	409.713	736.134
Empréstimos e financiamentos		2.306.632	-	-	2.306.632
Debêntures e notas promissórias		1.863.209	-	-	1.863.209
Provisões para contingências	q)	98.409	-	(98.409)	-
Provisões	c) e q)	-	-	315.872	315.872
Operações com derivativos		131.418	-	-	131.418
Receitas diferidas	i) e q)	-	28.450	5.938	34.388
Outras obrigações	d) e q)	176.527	2.478	(177.848)	1.157
Total do passivo não circulante		4.893.258	40.286	455.266	5.388.810
Patrimônio líquido	l)	10.190.824	(847.684)	-	9.343.140
Total do passivo e do patrimônio líquido		22.017.129	(1.414.835)	581.111	21.183.405

Reconciliação da demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2009 – Exercício Comparativo

Consolidado



Item	Demonstração de resultados divulgada em 31.12.09			Demonstração de resultados de 31.12.09 - rerepresentada	
		Ajustes IFRS	Reclassificações		
Serviços de telecomunicações	h), n) e r)	19.939.437	259.323	120.782	20.319.542
Vendas de mercadorias	h)	2.932.237	(183.885)	-	2.748.352
Receita operacional bruta		22.871.674	75.438	120.782	23.067.894
Deduções da receita bruta	h) e r)	(6.508.488)	92	77.596	(6.430.800)
Receita operacional líquida		16.363.186	75.530	198.378	16.637.094
Custo dos serviços prestados	b), e), m), n) e r)	(6.940.569)	(70.766)	(57.939)	(7.069.274)
Custo das mercadorias vendidas	q)	(2.011.001)	-	9.251	(2.001.750)
Lucro bruto		7.411.616	4.764	149.690	7.566.070
Despesas com vendas	r)	(4.357.422)	-	(22.936)	(4.380.358)
Despesas gerais e administrativas	f) e r)	(1.334.190)	(2.898)	46.293	(1.290.795)
Outras receitas operacionais, líquidas	d), f), g), i), m) e r)	240.812	32.967	(173.047)	100.732
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas		1.960.816	34.833	-	1.995.649
Despesas financeiras, líquidas	e)	(487.229)	(39.813)	-	(527.042)
Lucro antes dos tributos e participações		1.473.587	(4.980)	-	1.468.607
Imposto de renda e contribuição social	a)	(590.453)	22	-	(590.431)
Participação de acionistas não controladores	k)	(25.648)	(1.787)	27.435	-
Lucro líquido do exercício		857.486	(6.745)	27.435	878.176
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores					850.741
Acionistas não controladores					27.435
Lucro líquido do exercício					878.176

Reconciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009

Consolidado

Item	31.12.09	01.01.09
	10.190.824	8.267.527
Patrimônio líquido antes dos efeitos das aplicações dos ajustes IFRS		
Efeitos dos ajustes que transitaram por resultado		
Taxa fistel	b) (4.297)	-
Planos de benefícios pós emprego	d) 10.797	-
Encargos financeiros capitalizados	e) (36.605)	-
Despesas capitalizadas na aquisição de investimentos	f) (4.913)	-
Reversão do ativo diferido	g) 25.529	-
Multielementos	h) (259)	-
Doações de equipamentos de rede	i) 4.768	-
Imposto de renda e contribuição social	a) 22	-
Participação de acionistas não controladores	k) (1.787)	-
Total	(6.745)	-
Efeitos dos ajustes que não transitaram por resultado		
Taxa fistel	b) (199.851)	(199.851)
Planos de benefícios pós emprego	d) (9.454)	69
Prêmio pago na aquisição de não controladores	f) (1.258.853)	-
Ativo diferido	g) (55.393)	(55.393)
Multielementos	h) (4.229)	(4.229)
Doações de equipamentos de rede	i) (33.218)	(33.218)
Dividendos complementares propostos	j) 611.925	362.851
Imposto de renda e contribuição social	a) 102.728	99.491
Participação de acionistas não controladores	k) 5.406	587.804
Total	(840.939)	757.524
Patrimônio líquido após os efeitos das aplicações dos ajustes IFRS	9.343.140	9.025.051



c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres dos auditores independentes. Os parágrafos de ênfase existentes, referem-se às alterações provenientes da adoção dos novos padrões contábeis brasileiros.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras.

As principais hipóteses de futuro assumidas e outras fontes relevantes de incerteza nas estimativas na data de encerramento, que podem ter um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras no próximo exercício, são apresentadas a seguir.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e controlada.

Ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor dos ativos fixos, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o momento e o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

A Companhia e controlada analisam periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

Tributos diferidos



A Companhia e controlada avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia e controlada de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda poderia divergir das estimativas realizadas pela Companhia e controlada, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e controlada assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

Reconhecimento de receitas

Taxas de adesão a campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia e controlada para possibilitá-los participar das campanhas promocionais da Companhia e controlada são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos identificados em função dos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica a necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio.

A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos, poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, conseqüentemente as receitas de exercícios futuros.



10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade das mesmas, não tendo sido detectadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia em 31 de dezembro de 2010. Além disso, a Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los e mantê-los sempre confiáveis e eficientes.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui controles eficientes que garantem o processo de certificação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX – Seção 404) sem nenhuma fraqueza material (*Material Weakness*) ou deficiência significativa (*Significant Deficiency*), fato que reafirma o comprometimento com a efetividade de seus controles internos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, transparência e criação de valor para os acionistas no longo prazo. Existe um processo contínuo de monitoramento para correção tempestiva de eventual imperfeição.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve comentários, no relatório do auditor independente, sobre deficiências e recomendações significativas que pudessem impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da Oferta foram utilizados:

Com relação aos três últimos exercícios sociais, podemos destacar a seguinte oferta pública de distribuição:

Em 21 de outubro de 2009, a Companhia ofertou 810 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, da espécie quirografária, em três séries, de sua 4^a (quarta) emissão. Os recursos provenientes de tal distribuição foram utilizados para: (i) o pagamento integral do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 6^a (sexta) emissão, no valor total de R\$500,0 milhões, bem como os juros estimados em aproximadamente R\$15,0 milhões; e (ii) o saldo remanescente destinado para o reforço do capital de giro.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos.



10.8. Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i). descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Em 2010 foram investidos R\$2.489,1 milhões, valor que representou 13,7% da receita líquida. Como de costume, uma parte significativa dos recursos foi alocada a investimentos na rede de telecomunicações em aumento da capacidade das redes de voz e dados, melhoria da qualidade do sinal e expansão de cobertura permitindo a conexão de um maior número de pessoas. Além de investir no atendimento à demanda crescente de voz principalmente na rede GSM/EDGE, a Vivo também investiu valores significativos em sua rede de dados através da rede WCDMA/HSPA, responsável por uma parte considerável do crescimento da receita de serviços em 2010. Foi justamente em cima desta rede que a Vivo lançou em 2010 o ambicioso plano Vivo Internet Brasil que tem como meta levar a tecnologia 3G para



mais de 2.800 municípios ao final de 2011. Outros projetos importantes incluem a expansão do backbone de transmissão de dados nacional permitindo maior controle dos custos operacionais em um cenário de expressivo crescimento do tráfego de dados; cumprimento das metas de cobertura estabelecidas pela Anatel; melhoria da operação do Nordeste e mitigação de riscos operacionais permitindo que nossos clientes utilizem o serviço nos momentos que mais necessitam deles.

A Companhia encerrou o ano de 2010 como líder em cobertura no Brasil, levando seu serviço a 90,2% da população brasileira em 3.646 municípios. Em relação especificamente à cobertura de dados 3G, a liderança foi bastante expressiva, impulsionada em grande parte pelo projeto Vivo Internet Brasil.

Na infra-estrutura de sistemas de suporte ao negócio (faturamento, atendimento e gestão) também foram aplicados uma quantidade significativa de recursos. Houveram investimentos destinados para conclusão da integração sistêmica na operação Minas Gerais além da continuação do projeto do novo Data Center. Situado em Santana do Parnaíba/SP, contará com 33.000 m² de área construída e 4.600 m² de data hall. Esse projeto ainda apresenta um compromisso sócio-ambiental importante que prevê o reuso de água, uma estação de tratamento de esgotos e eficiência energética de seus equipamentos e sistemas operacionais.

Investimos também no aperfeiçoamento da nossa estrutura de produtos e serviços de forma a alavancar a venda de serviços de valor agregado e fornecer pacotes de serviços inovadores ao mercado como o “Vivo On”.

Adicionalmente, investimos em canais de vendas com a expansão do novo conceito de loja para uma melhor experiência em atendimento, fazendo com que os índices de satisfação de nossos Clientes crescessem ainda mais.

Em 2011 estão previstos investimentos de R\$3.481,8 milhões, conforme referenciado no item 10.10 c iii.

(ii). fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos projetos da Companhia tende a ser a própria geração de seu caixa operacional e/ou linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas, empréstimos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha e bancos de fomentos ou ainda captações de mercado de curto ou longo prazo.

Da mesma forma os R\$3.481,8 milhões a serem investidos em 2011 devem ter o financiamento feito através de geração de caixa ou recursos de terceiros conforme explicitado acima.

(iii). desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em decorrência de obsolescência e redução de fornecimento de serviços e equipamentos para manutenção, a Companhia vem realizando desativações de algumas de suas tecnologias. Adicionalmente, as mesmas são impactadas pelo próprio *roadmap* de atualização/ evolução tecnológica dos fornecedores de rede e aparelhos, que associadas às demandas de mercado e restrições espectrais, motivaram o desligamento da tecnologia EVDO (*Evolution Data Only*) - solução para atendimento aos serviços de dados para a tecnologia CDMA (*Code Division Multiple Access* - atualmente com a depreciação 100% concluída) e do TDMA (*Time Division Multiple Access*) – uma das primeiras soluções para atendimento ao serviço digital de voz (pós fase de desinvestimento na tecnologia analógica - AMPS). Adicionalmente, prevemos a continuação dos desinvestimentos da tecnológica CDMA ao longo de 2011.

Estes desinvestimentos tecnológicos são inerentes ao setor de comunicação móvel e por vezes refletem aumento das despesas com depreciação e amortização (como observadas no capítulo de mesma nomenclatura).



b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços indicando:

(i). descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

(ii). montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia tem focado seus investimentos em projetos que garantam qualidade de rede e de atendimento, na sustentabilidade e na ampliação de sua cobertura em tecnologia de terceira geração.

Neste sentido, os investimentos realizados ao longo de 2010 foram destinados, principalmente, ao aumento de cobertura da rede de 3ª geração, aumento de capacidade e garantia de qualidade nas redes de 2ª e 3ª geração.

A Vivo intensificou também a aplicação de recursos para aumentar a capacidade em sistemas, tanto em *hardware* quanto em *software*, com o objetivo de suportar o crescimento de nossa base de clientes.

Dentre os principais projetos anunciados em 2010 e que estão em andamento destaca-se o Plano Vivo Internet Brasil para levar a cobertura 3G a mais de dois mil e oitocentos municípios até 2011. São municípios de todos os portes, entre eles pequenas cidades que terão cobertura em terceira geração. Neste sentido a cobertura 3G da Vivo já chegava, no final de dezembro de 2010 a 1.206 municípios atingindo 71,5% da população.

Outrossim, investimentos estruturais também estão sendo realizados como a construção de um Novo Data Center (continuação de investimentos já iniciados).

Além disso, novos produtos e serviços de inovação estão sendo analisados para futuros lançamentos ao mercado.

O montante investido até dezembro de 2010 pode ser dividido da seguinte forma: R\$1.676 milhões em Rede, R\$ 378 milhões em Sistemas e TI, R\$ 436 milhões em Outros investimentos (Produtos e Serviços, Canais, Administrativos e outros).

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta operação.



Não há outros fatores que não os já comentados.

2 – Orçamento de Capital para o exercício de 2011

Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6404/76, vimos submeter à deliberação de V.Sas. o Orçamento de Capital da Vivo Participações S.A. e sua controlada para o exercício de 2011, no valor de R\$ 3.481.758.862,50 (três bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, a ser aprovado na Assembleia Geral de Acionistas.

Este orçamento contempla investimentos previstos para o pagamento das frequências adquiridas no Leilão da Anatel, realizada no último mês de Dezembro de 2010, pela Vivo S.A.

Detalhamento do Orçamento de Capital	Valor
1 - Proposta de Orçamento de Capital da Vivo S.A.	R\$ 3.297.749.175,98
2 - Proposta de Orçamento de Capital da Operação da Vivo Part. em Minas Gerais	R\$ 184.009.686,52
Total	R\$ 3.481.758.862,50

Fontes de Financiamento	Valor
Recursos próprios / terceiros	R\$ 3.481.758.862,50

3 – Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2010.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, a Administração da Companhia propõe a V.Sas. que a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2010, no valor de R\$ 1.893.833.488,47 (Um bilhão, oitocentos e noventa e três milhões, oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos), lançados à conta de Lucros Acumulados, seja a seguinte:



Proposta de destinação de Resultados da Vivo Participações S.A. Exercício 2010

Conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17/12/2009				
EVENTOS - Em R\$ exceto qtde de ações	2010	2009	2008 (1)	2007
Lucro Líquido do Exercício	1.893.833.488,47	871.393.700,85	399.900.959,48	(78.935.455,10)
(-) Reserva Legal (5% sobre o Lucro Líquido)	94.691.674,42	43.569.685,04	19.995.047,97	-
Lucro Líquido Ajustado	1.799.141.814,05	827.824.015,81	379.905.911,51	(78.935.455,10)
(-) JSCP (bruto)	220.000.000,00	104.135.762,30	161.113.275,00	-
IRRF JSCP	33.000.000,00	15.620.364,35	24.166.991,25	-
JSCP Líquido	187.000.000,00	88.515.397,96	136.946.283,75	-
Data aprovação do JSCP em RCA	17/12/2010	14/12/2009	17/12/2008	-
Data da posição acionária com direito ao JSCP	31/12/2010	31/12/2009	30/12/2008	-
(+) Dividendos prescritos	-	6.676.008,62	-	-
Saldo do LLA	1.579.141.814,05			
(+) Realização de reservas de expansão	528.422.902,09		46.892.678,71	-
(-) Outros resultados abrangentes do Exercício 2010	3.718.626,12			-
(=) Saldo do Lucro Líquido Ajustado	2.103.846.090,02	730.364.262,13	265.685.315,22	-
Dividendos complementares	2.103.846.090,02	730.364.262,13	265.685.315,22	-
Data da posição acionária com direito ao Dividendo	31/3/2010	26/2/2010	19/3/2009	-
Total de dividendos + JSCP - Valor Bruto	2.323.846.090,02	834.500.024,43	426.798.590,22	-
Total de dividendos + JSCP - Valor Líquido	2.290.846.090,02	818.879.660,08	402.631.598,97	-
Quantidade de ações da Vivo Part (excluído tesouraria)	399.590.102	399.590.102	367.395.631	1.437.622.845
Quantidade Ações ONs	137.269.188	137.269.188	134.150.345	524.931.665
Quantidade Ações PNs	262.320.914	262.320.914	233.245.286	912.691.180
JSCP por ação ON ou PN (Bruto)	0,550564188	0,260606461	0,438528010	-
JSCP por ação ON ou PN (líquido)	0,467979560	0,221515492	0,372748809	-
Total dividendos + JSCP das ações ordinárias (líquido)	786.962.892,81	281.305.631,56	147.016.358,80	-
Total dividendos + JSCP das ações preferenciais (líquido)	1.503.883.197,20	537.574.028,52	255.615.240,17	-
Dividendo + JSCP por ação ON (líquido)	5,732990078	2,049299159	1,095907422	-
Dividendo + JSCP por ação PN (líquido)	5,732990078	2,049299159	1,095907422	-
Dividendo com base em Lucro de Exercício(s) Anterior(es)	528.422.902,09	-	46.892.678,71	-
Dividendo com base em Lucro de Exercício(s) Anterior(es) por Ação (líquido)	1,322412390710	-	0,127635373840	-
Lucro/Prejuízo Líquido por ação	4,74	2,18	1,09	(0,05)
% Dividendo e Jscp (bruto) sobre o Lucro Líquido (excluído Reserva legal)	129,2%	100,8%	112,3%	-
% Dividendo e Jscp (líquido de IRRF) sobre o Lucro Líquido (excluído Reserva legal)	127,3%	98,9%	106,0%	-
Valor Patrimonial por Ação	25,378961	25,503194	22,503061	5,77
% do Dividendo sobre o Patrimônio Líquido	22,6%	8,0%	4,9%	não se aplica
Lucros Retidos	NA	NA	NA	NA
Data da AGO que aprovou as contas e retenção		16/4/2010	19/3/2009	27/3/2008
Taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido	18,63%	9,44%	4,83%	-0,95%
Classe de ações do dividendo retido	NA	NA	NA	NA

(1) Em AGE de 11/09/2008 foi aprovado o grupamento de ações na proporção de 4 para 1 ação

1- RESERVA LEGAL

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido à constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 94.691.674,42 (noventa e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

2 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Atendendo ao previsto no Estatuto Social da Companhia e nos dispositivos legais aplicáveis, a Administração da Companhia propõe que seja deliberado o pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais acima do valor mínimo de 3% sobre o Patrimônio Líquido ou 6% sobre o capital social preferencial, conforme demonstrado abaixo. Dessa forma propõe-se o pagamento de um dividendo de R\$ 5,732990078 em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais, no montante total



líquido de R\$ 2.290.846.090,02 (dois bilhões, duzentos e noventa milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, noventa reais e dois centavos).

Tais dividendos, declarados com base no balanço de encerramento do exercício de 2010 aos possuidores de ações ordinárias e preferenciais, é composto por juros sobre o capital próprio no valor líquido de R\$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais), aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de dezembro de 2010 e imputados aos dividendos, na forma do artigo 9º da Lei 9.249/95, e dividendos no valor de R\$2.103.846.090,02 (dois bilhões, cento e três milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, noventa reais e dois centavos), conforme demonstramos a seguir:

a) 3% do Patrimônio Líquido				
	2010 (1)	2009	2008	2007
Descrição	Valor – R\$	Valor – R\$	Valor – R\$	Valor – R\$
Patrimônio Líquido Total	10.140.251.858,00	10.190.823.711,03	8.267.526.433,29	8.297.577.006,43
Quantidade total de ações (excluindo tesouraria)	399.590.102	399.590.102	367.395.631	1.437.622.845
Valor Patrimonial da Ação (V.P.A.)	25,37896075	25,50319355	22,50306137	5,771734245
Quantidade de ações Preferenciais (excluindo tesouraria)	262.320.914	262.320.914	233.245.286	912.691.180
Dividendo mínimo prioritário %	3%	3%	3%	3%
Dividendo mínimo por ação preferencial	0,761368822	0,765095806	0,675091841	0,173152027
Dividendo mínimo apurado para ações Preferenciais	199.722.965,41	200.700.631,24	157.461.989,59	158.034.328,17
<small>(1) No PL de 2010 os dividendos complementares a serem destinados somente serão baixados do PL após a sua homologação pela Assembléia Geral Ordinária ("AGO") enquanto que para os demais exercícios a baixa ocorreu antes das efetivas publicações dos balanços quando aprovado pelo Conselho de Administração</small>				
b) 6% do Capital Social				
Descrição		Valor – R\$	Valor – R\$	Valor – R\$
Capital Social (excluindo tesouraria)	8.780.150.322,86	8.769.080.433,06	6.699.456.759,76	6.336.714.444,74
Quantidade total de ações (excluindo tesouraria)	399.590.102	399.590.102	367.395.631	1.437.622.845
Valor Unitário da Ação (V.U.A.)	21,94518931	21,94518931	18,234993	4,407772502
Quantidade de ações Preferenciais (excluindo tesouraria)	262.320.914	262.320.914	233.245.286	912.691.180
Dividendo mínimo prioritário %	6%	6%	6%	6%
Dividendo mínimo por ação preferencial	1,316711358	1,316711358	1,09409958	0,26446635
Dividendo mínimo apurado para ações Preferenciais	345.400.926,99	345.400.926,99	255.193.569,46	241.376.105,17
c) 25% do Lucro Líquido (excl. Reserva legal)				
Descrição		Valor – R\$	Valor – R\$	Valor – R\$
Lucro Líquido do Exercício	1.893.833.488,47	871.393.700,85	399.900.959,48	-78.935.455,10
(-) Reserva Legal – 5%	-94.691.674,42	-43.569.685,04	-19.995.047,97	não se aplica
Lucro Líquido Ajustado	1.799.141.814,05	827.824.015,81	379.905.911,51	-78.935.455,10
Dividendo mínimo prioritário %	25%	25%	25%	25%
Dividendo mínimo apurado	449.785.453,51	206.956.003,95	94.976.477,88	não se aplica
d) Dividendo Distribuído:				
Descrição		Valor – R\$	Valor – R\$	Valor – R\$
Dividendo/JSCP Proposto (líquido)	2.290.846.090,02	818.879.660,08	402.631.598,97	0,00
Ações Preferenciais	1.503.883.197,20	537.574.028,52	255.615.240,17	
Ações Ordinárias (igualdade de condições com preferenciais)	786.962.892,81	281.305.631,56	147.016.358,80	

Distribuição entre JSCP e dividendos e a imputação dos JSCP está demonstrada como se segue:

A distribuição de JSCP está demonstrada conforme segue:

Juros sobre o Capital Próprio Bruto	R\$ 220.000.000,00
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	(R\$ 33.000.000,00)
Valor Líquido dos Juros Imputados aos Dividendos	R\$ 187.000.000,00
JSCP em R\$ por ação	Valor



Quantidade de Ações ordinárias e preferenciais (excluídas ações em tesouraria)	399.590.102
Juros Sobre Capital Próprio por Ação (bruto)	R\$ 0,550564188
Juros Sobre Capital Próprio por Ação (líquido de IRRF)*	R\$ 0,467979560

(*) exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam legalmente dispensados da referida tributação.

A distribuição de Dividendo está demonstrada conforme segue:

Dividendo	R\$ 2.103.846.090,02
Ações Ordinárias	R\$ 722.723.718,65
Ações Preferenciais	R\$ 1.381.122.371,37
Dividendo em R\$ por ação	Valor
Quantidade de Ações ordinárias	137.269.188
Quantidade de Ações preferenciais (excluídas ações em tesouraria)	262.320.914
Ações PN	R\$ 5,265010518
Ações ON	R\$ 5,265010518

A distribuição de Dividendo + JSCP está demonstrada conforme segue:

Dividendos + JSCP Líquido	R\$ 2.290.846.090,02
Ações PN	R\$ 5,732990078
Ações ON	R\$ 5,732990078

Os valores relativos aos juros sobre o capital próprio e dividendos deliberados e pendentes de pagamento serão pagos até o dia 21 de dezembro de 2011, em uma ou mais parcelas e em data a ser comunicada oportunamente ao mercado.

4 - Fixação da remuneração global anual dos Administradores e da remuneração individual do Conselho Fiscal.

Para o exercício social de 2011, o valor proposto para a remuneração global dos administradores é de até R\$ 26.218.182,16 (vinte e seis milhões, duzentos e dezoito mil, cento e oitenta e dois reais e dezesseis centavos).

Em atendimento ao art. 12, II da Instrução CVM 481, a Companhia apresenta abaixo as informações indicadas no item 13 do formulário de referência da Instrução CVM 480/09:

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática de remuneração dos executivos que compõem o Conselho de Administração, as Diretorias Estatutária e Não Estatutária, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria segue diretrizes que consideram as referências de mercado e a performance individual no alcance das metas negociadas nos fóruns competentes e vinculadas aos resultados empresariais, além da importância estratégica do executivo para o resultados da organização.

A Companhia utiliza o modelo de valoração de cargos (grades salariais) e parâmetros de mercado (faixas salariais ajustadas conforme pesquisas de mercado), contratando para tal, serviços de consultorias especializadas para assessoria na definição e validação dos critérios utilizados.



Práticas de remuneração competitivas permitem reconhecer e diferenciar os executivos que contribuem para o sucesso da empresa, reforçam o compromisso dos mesmos para com os desafios da organização e alinham seus objetivos à Missão, visão e valores da empresa. Nesse sentido os programas de compensação fixa e variável da Companhia objetivam contribuir para fortalecer o comprometimento organizacional em todos os níveis.

Conselho de Administração:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração contempla o pagamento de honorários fixos mensais, benefícios diretos e indiretos, além de remuneração variável por intermédio de programa de participação de resultados.

Diretoria Não Estatutária:

A prática de remuneração contempla o pagamento de salário, benefícios diretos e indiretos, além de remuneração variável por intermédio de programa de participação de resultados.

Conselho Fiscal:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

Comitê de Auditoria:

A prática de remuneração contempla somente o pagamento de honorários fixos mensais.

Comitê Especial Independente:

A prática de remuneração contempla o pagamento de um valor fixo para o desempenho das funções durante o período de sua existência, que deverá ultimar-se com a realização da Assembléia Geral de Acionistas que irá deliberar sobre a operação societária objeto da análise.

(b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os elementos centrais do sistema de remuneração são:

- (1) remuneração fixa (salário ou honorário fixo) – tem por objetivo reconhecer e refletir o valor da experiência e responsabilidade do cargo e do próprio executivo (experiência, competência e entregas).
- (2) benefícios diretos e indiretos – tem por objetivo compor um conjunto de benefícios objetivando a atratividades e a permanência dos executivos e colaboradores na Companhia.
- (3) remuneração variável – tem por objetivo a remuneração pela contribuição aos resultados da sua área e da organização.

Importante registrar que a Companhia não tem sistema de distribuições baseadas em participação acionária.



ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício 2011

PROPORÇÃO DE CADA ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO TOTAL				
	Honorários Fixos	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	43%	0,4%	56,6%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e iv- razões que justificam a composição da remuneração:

Remuneração fixa (salário ou honorário fixo) e benefícios diretos e indiretos:

A remuneração fixa é constituída pelo pagamento de 12 parcelas, por ano, para os membros da Diretoria Estatutária, para os membros do Conselho de Administração, incluindo membros do Comitê de Auditoria e Controle, e para os membros do Conselho Fiscal; e para os colaboradores dos demais níveis hierárquicos é acrescida do 13º salário.

A remuneração fixa dos membros do Comitê Especial Independente é constituída pelo pagamento de 3 parcelas no decorrer do exercício 2011.

A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração fixa e de composição de benefícios deve ser compatível com a importância da sua função na estrutura organizacional; utilizando-se, para isto, dos critérios da política de remuneração, de parâmetros de mercado definidos através de avaliação de cargos e de pesquisas salariais.

O reajuste da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Estatutária é apreciada e definida pelo Conselho de Administração, com respeito e observância ao valor da remuneração global e anual aprovada pelos acionistas em Assembléia Geral. O reajuste da remuneração dos demais colaboradores da Companhia é negociado anualmente com os sindicatos representantes da categoria através de negociações por Acordo Coletivo, além de reajustes individuais por méritos e promoções para todos os cargos na estrutura hierárquica da empresa.

Remuneração variável:

A remuneração variável tem como objetivo recompensar os executivos por resultados atingidos, sendo composta por: objetivos corporativos, objetivos setoriais e desempenho individual.



A remuneração variável é dividida em três Programas:

(1) PACTO – Programa Anual de Compromissos com os *Targets* Organizacionais, que abrange toda a população Gerencial e Executiva, incluindo a Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária. Este programa é suportado pela metodologia do BSC – *Balanced Scorecard* constituído por um conjunto de metas corporativas, metas setoriais (em cada área de negócio) e avaliação individual de desempenho (de acordo com os critérios do Programa de Gestão de *Performance*). Este modelo reforça o espírito de trabalho em grupo e o sentimento de responsabilidade de cada um pelos resultados alcançados. As metas (corporativas, setoriais e individuais) são ponderadas para garantir o alinhamento à estratégia de negócios. O sistema de indicadores de *performance* - BSC – *Balanced Scorecard* da Companhia - mede esse desempenho e abrange os seguintes pilares estratégicos: Satisfação, Crescimento e Rentabilidade. Este sistema de reconhecimento pelos resultados atingidos está baseado em uma tabela de múltiplos de salários por grupo hierárquico, e considera uma curva de pagamentos a partir de 80% de atingimento de resultados, podendo chegar a 120% de atingimento.

(2) PPR – Programa de Participação nos Resultados, que abrange toda a população dos demais níveis hierárquicos (não gerencial). Este programa é constituído por um conjunto de metas corporativas, negociadas anualmente com os sindicatos de empregados do setor de telecomunicações em todos os estados da federação do Brasil (aproximadamente 26 representantes sindicais). Este modelo incentiva os colaboradores da Companhia a contribuir com os resultados organizacionais. A escala de atingimentos utilizada parte de um mínimo de 80% até ao máximo de 120% de atingimento das metas Corporativas – que são ponderadas para garantir o alinhamento à estratégia de negócios. O Programa de Participação nos Resultados da Companhia está alinhado às melhores práticas de mercado, sendo considerado um modelo de remuneração variável agressiva e diferenciada do mercado. Este sistema de reconhecimento pelos resultados atingidos encontra-se baseado em uma tabela de múltiplos de salários, que compõe a estratégia de *total cash* de remuneração.

Os sistemas de recompensa apresentados acompanham as tendências e práticas do mercado referencial da Companhia, sendo que, periodicamente, todos os critérios que balizam estes sistemas são comparados às melhores práticas de mercado para aferição dos níveis de competitividade.

(3) Programa de Retenção de Executivos, que abrange o pagamento de incentivo para retenção de executivos - chaves da organização.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os indicadores de desempenho para determinação dos elementos de remuneração variável levam em consideração a estratégia da organização traduzida em indicadores financeiros, de qualidade, crescimento, satisfação e eficiência operacional, reavaliados anualmente.

Para este ano o alinhamento estratégico da organização considerou para os programas de variáveis, PACTO e PPR, os seguintes indicadores:

1 - Os indicadores corporativos alinhados aos pilares estratégicos, que integram o PACTO, adotados para este ano, são os seguintes:

- Índice de Satisfação e recomendação do Cliente
- Churn
- Market Share
- Share de receita Líquida de Serviços
- EBITDA



Índice de Eficiência
Resultado Líquido

O PACTO, conforme descrito, é composto por 18 indicadores setoriais, distribuídos de tal forma que afetam a todos os executivos da companhia. A avaliação de *performance* complementa o sistema de apuração do PACTO. A avaliação de *performance* e os indicadores setoriais não integram o PPR.

2 – Para o PPR, variável para os não executivos, os indicadores atuais, negociados com os sindicatos da categoria, são:

Índice de Satisfação e recomendação do Cliente
Market Share
Share de receita Líquida de Serviços
Índice de Eficiência

3 – O Programa de Retenção de Executivos abrange o pagamento de incentivo para retenção de executivos - chaves da organização através de uma gratificação em dinheiro paga de forma diferida nos próximos 03 anos (2011, 2012 e 2013).

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

O indicador de desempenho decorrente dos resultados financeiros define diretamente a remuneração variável de todos os colaboradores e executivos da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Uma vez que a Companhia considera essencialmente os resultados financeiros como parâmetro para determinação os limites da remuneração variável anteriormente detalhada, assegura desta forma uma remuneração auto-sustentável (*self funding*), sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os diretores estatutários da Vivo Participações S/A também recebem remuneração pela seguinte empresa nos exercícios indicados abaixo:

Diretoria Estatutária da Vivo Participações S/A que recebe remuneração da empresa Vivo S/A

Exercício 2011	Diretoria Estatutária
Número de membros	9
Valores em Reais	
Remuneração Fixa Anual	10.758.647
Honorários Fixos	9.055.501
Benefícios Diretos e Indiretos	1.703.146



Participação em comitês	N/A
Outros	N/A
Remuneração Variável	11.902.896
Bônus	N/A
Participação nos Resultados	8.069.222
Participação em reuniões	N/A
Comissões	N/A
Outros	3.833.674
Benefícios pós-emprego	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A

(g) existência de remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado encerrado em 31 de dezembro de 2010 e à remuneração fixa prevista para o exercício social corrente relativa ao Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Vivo Participações S/A

Exercício 2008	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	6	3	18
Valores em Reais				
Remuneração Fixa Anual	1.716.000	303.811	180.000	2.199.811
Honorários Fixos	1.500.000	215.026	180.000	1.895.026
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	88.786	N/A	88.786
Participação em comitês	216.000	N/A	N/A	216.000
Outros	N/A	N/A	N/A	0
				0
Remuneração Variável	0	205.526	0	205.526
Bônus	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	205.526	N/A	205.526
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0
Comissões	N/A	N/A	N/A	0
Outros	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0



Vivo Participações S/A

Exercício 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	6	3	18
Valores em Reais				
Remuneração Fixa Anual	1.266.454	274.806	180.000	1.721.260
Honorários Fixos	1.050.454	236.200	180.000	1.466.654
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	38.606	N/A	38.606
Participação em comitês	216.000	N/A	N/A	216.000
Outros	N/A	N/A	N/A	0
				0
Remuneração Variável	0	166.405	0	166.405
Bônus	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	166.405	N/A	166.405
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0
Comissões	N/A	N/A	N/A	0
Outros	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0

Vivo Participações S/A

Exercício 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	7	3	19
Valores em Reais				
Remuneração Fixa Anual	1.207.000	287.935	147.500	1.642.435
Honorários Fixos	991.000	282.870	147.500	1.421.370
Benefícios Diretos e Indiretos	0	5.065	0	5.065
Participação em comitês	216.000	0	0	216.000
Outros	N/A	N/A	N/A	0
				0
Remuneração Variável	0	216.830	0	216.830
Bônus	N/A	N/A	N/A	0
Participação nos Resultados	N/A	216.830	N/A	216.830
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0
Comissões	N/A	N/A	N/A	0
Outros	N/A	N/A	N/A	0



Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0

Vivo Participações S/A

Exercício 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	9	3	21
Valores em Reais				
Remuneração Fixa Anual	2.286.000	434.547	270.000	2.990.547
Honorários Fixos	1.620.000	430.672	270.000	2.320.672
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	3.875	N/A	3.875
Participação em comitês	666.000	N/A	N/A	666.000
Outros	N/A	N/A	N/A	0
				0
Remuneração Variável	0	566.092	0	566.092
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados	N/A	383.766	N/A	383.766
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0
Comissões	N/A	N/A	N/A	0
Outros	N/A	182.326	N/A	182.326
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	0
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0

13.3 Remuneração Variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e remuneração prevista para o exercício social de 2011:

Exercício 2008	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽⁴⁾
Número de membros	9	6	3	18
Valores em Reais				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	0
				0
Participação no Resultado				



Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	N/A	222.018	N/A	222.018
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas ⁽³⁾	N/A	184.418	N/A	184.418
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	205.526	N/A	205.526

⁽¹⁾ O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de menos de 80% das metas previstas.

⁽²⁾ O valor máximo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de mais de 120% das metas previstas.

⁽³⁾ O valor previsto no plano de remuneração considera 100% das metas atingidas.

Exercício 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽⁴⁾
Número de membros	9	6	3	18
Valores em Reais				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	0
				0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	N/A	209.969	N/A	209.969
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas ⁽³⁾	N/A	175.238	N/A	175.238
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	166.405	N/A	166.405

⁽¹⁾ O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de menos de 80% das metas previstas.

⁽²⁾ O valor máximo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de mais de 120% das metas previstas.

⁽³⁾ O valor previsto no plano de remuneração considera 100% das metas atingidas.

Exercício 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽⁴⁾
Número de membros	9	7	3	19
Valores em Reais				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	0
				0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	N/A	262.457	N/A	262.457
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas ⁽³⁾	N/A	216.830	N/A	216.830
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	216.830	N/A	216.830

⁽¹⁾ O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de menos de 80% das metas previstas.

⁽²⁾ O valor máximo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de mais de 120% das metas previstas.

⁽³⁾ O valor previsto no plano de remuneração considera 100% das metas atingidas.



Exercício 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total ⁽⁴⁾
Número de membros	9	9	3	21
Valores em Reais				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	0
				0
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	N/A	408.452	N/A	408.452
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas ⁽³⁾	N/A	311.201	N/A	311.201
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

⁽¹⁾ O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de menos de 80% das metas previstas.

⁽²⁾ O valor máximo previsto no plano de remuneração considera o atingimento de mais de 120% das metas previstas.

⁽³⁾ O valor previsto no plano de remuneração considera 100% das metas atingidas.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há remunerações de longo prazo ou benefícios vinculados à ocorrência de plano de ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Não aplicável.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.



13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Em 2007 a Companhia reorganizou seus planos de previdência complementar, oriundos do antigo Sistema Telebrás, lançando o plano VivoPrev para colaboradores e extensivo aos diretores estatutários. Este plano é administrado pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar. As contribuições para este plano estão limitadas mensalmente a 8% do salário ou honorário fixo e a contrapartida desta contribuição é efetuada pela Companhia.

Este plano de previdência não é extensivo aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

O referido plano não oferece possibilidade de resgate antecipado.

Exercício 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	9	9	3
Administradores participantes do plano de previdência	N/A	N/A	N/A
Nome do plano	N/A	N/A	N/A
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições da patrocinadora acumuladas no plano de previdência para 2011.	N/A	N/A	N/A
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o exercício 2011.	N/A	N/A	N/A

13.11. Em forma de tabela, indicação da remuneração do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Exercício 2008

Órgão	Número de membros	Valor da maior remuneração individual ⁽¹⁾	Valor da menor remuneração individual ⁽¹⁾	Valor médio de remuneração individual ⁽¹⁾
Conselho de Administração ⁽²⁾	9	168.000	168.000	166.666
Comitês	3	72.000	72.000	72.000
Diretoria Estatutária ⁽²⁾	6	133.149	57.239	84.889
Conselho Fiscal ⁽²⁾	3	60.000	60.000	60.000

(1) O valor de remuneração individual inclui as verbas de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos e benefícios indiretos, por ano, na data de 31/12/2008.

(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Exercício 2009

Órgão	Número de membros	Valor da maior remuneração individual ⁽¹⁾	Valor da menor remuneração individual ⁽¹⁾	Valor médio de remuneração individual ⁽¹⁾
Conselho de Administração ⁽²⁾	9	168.000	168.000	116.717
Comitês	3	72.000	72.000	72.000
Diretoria Estatutária	6	142.448	55.398	73.535
Conselho Fiscal ⁽²⁾	3	60.000	60.000	60.000

(1) O valor de remuneração individual inclui as verbas de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos e benefícios indiretos, por ano, na data de 31/12/2009.

(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo



órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Exercício 2010

Órgão	Número de membros	Valor da maior remuneração individual ⁽¹⁾	Valor da menor remuneração individual ⁽¹⁾	Valor médio de remuneração individual ⁽¹⁾
Conselho de Administração ⁽²⁾	9	168.000	168.000	110.111
Comitês	3	72.000	72.000	72.000
Diretoria Estatutária	7	143.674	50.980	72.109
Conselho Fiscal ⁽²⁾	3	60.000	60.000	49.166

⁽¹⁾ O valor de remuneração individual inclui as verbas de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos e benefícios indiretos, por ano, na data de 31/12/2010

⁽²⁾ O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Exercício 2011

Órgão	Número de membros	Valor da maior remuneração individual ⁽¹⁾	Valor da menor remuneração individual ⁽¹⁾	Valor médio de remuneração individual ⁽¹⁾
Conselho de Administração	9	180.000	180.000	180.000
Comitês	6	150.000	72.000	111.000
Diretoria Estatutária	9	265.867	55.024	111.182
Conselho Fiscal	3	90.000	90.000	90.000

⁽¹⁾ O valor de remuneração individual inclui as verbas de remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos e benefícios indiretos, por ano.

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de



destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Exercícios 2008, 2009, 2010 e 2011

Cada um dos nossos diretores estatutários possuem contratos baseados em negociações específicas pautadas nos critérios de relevância do cargo e do executivo, condições anteriores a nomeação como estatutários e aderência as práticas de mercado.

Os contratos dos diretores estatutários, conforme o caso, podem ou não prever condições específicas de indenização em caso de destituição sem justa causa ou por aposentadoria.

Em nenhum caso, estas condições superam o valor de 2,5 (duas e meia) Remunerações Globais Anuais – RGA, deduzindo-se ainda deste valor, quaisquer outras indenizações ajustadas ou que venham a ser ajustadas no decorrer do contrato. Obtém-se a RGA através da soma das Remunerações Fixas (12 vezes a última remuneração fixa mensal recebida) com a Remuneração Variável (média aritmética das duas últimas Remunerações Variáveis recebidas). A Remuneração Variável máxima possível limita-se a 10,5 Remunerações Fixas mensais, considerando-se nessa hipótese como 120% de atingimento das metas da empresa.

Em função das indenizações previstas a empresa estabelece o denominado “Pacto de Não Concorrência”, em que no limite máximo, o diretor estatutário não poderá, durante determinado prazo em meses imediatamente posteriores a data de rescisão do contrato, prestar serviços, direta ou indiretamente, por conta própria ou de terceiros, em qualquer negócio desenvolvido por empresa concorrente em território nacional.

Como consequência os impactos das indenizações não são significativos para o resultado da Organização, mesmo que venham acontecer simultaneamente em um mesmo período.

13.13. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Exercício 2008

Órgão (1)	Percentual de remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos membros que são partes relacionadas aos controladores
Conselho de Administração	29%
Comitês	N/A
Diretoria Estatutária	N/A



Conselho Fiscal	67%
-----------------	-----

Exercício 2009

Órgão (1)	Percentual de remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos membros que são partes relacionadas aos controladores
Conselho de Administração	13%
Comitês	N/A
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	67%

Exercício 2010

Órgão (1)	Percentual de remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos membros que são partes relacionadas aos controladores
Conselho de Administração	10%
Comitês	N/A
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	71%

13.14. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por



qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não são reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não são reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

13.16. Outras informações relevantes.

Não aplicável.

5 – Eleição de membros do Conselho Fiscal

A acionista Telefônica S.A. submete à Assembleia as seguintes indicações relativas à composição do Conselho Fiscal com mandato até a próxima AGO:

Conselho Fiscal
Nome – Juarez Rosa da Silva
Idade - 55 anos
Profissão – Contador
CPF ou número do passaporte – 185.813.400-59
Cargo eletivo a ser ocupado – Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição – Próxima AGO de 2011
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Nenhum



Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa – BSS Assessoria Contábil e Fiscal Ltda.
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Sócio-Gerente• Funções inerentes ao cargo –<ul style="list-style-type: none">• Atendimento a clientes; aprovação de propostas; aprovação técnica dos trabalhos; aprovação de contas da sociedade e orientação geral dos negócios.
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor Consultoria Contábil e Fiscal
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Não aplicável.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. Qualquer condenação criminal – Não há.
ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não há.
iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não há.
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:



- a) **administradores do emissor:** Não há.
- b) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.** Não aplicável.
- c) **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.** Não há.
- d) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.** Não há.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.** Não há.
- b) **controlador direto ou indireto do emissor.** Não há.
- c) **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.** Não aplicável.

Conselho Fiscal
Nome – José Claudio Marques Basilio
Idade – 53 anos
Profissão – Contador
CPF ou número do passaporte –281.943.490-87
Cargo eletivo ocupado – Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição – Próxima AGO de 2011
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Nenhum



Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa - BSS Assessoria Contábil e Fiscal Ltda.
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Sócio-gerente• Funções inerentes ao cargo - Atendimento a clientes; aprovação de propostas; aprovação técnica dos trabalhos; aprovação de contas da sociedade e orientação geral dos negócios.
<ul style="list-style-type: none">• Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>Consultoria Contábil e Fiscal.</p>
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
Não aplicável.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. Qualquer condenação criminal – Não aplicável
iv. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável
v. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não aplicável
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:



- a) **administradores do emissor:** Não há.
- b) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.** Não aplicável.
- c) **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.** Não há.
- d) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.** Não há.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.** Não há.
- b) **controlador direto ou indireto do emissor.** Não há.
- c) **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.** Não aplicável.

Conselho Fiscal
Nome – Hério Paulo S. Andriola
Idade – 46 anos
Profissão – Contador
CPF ou número do passaporte – 410.353.800-72
Cargo eletivo a ser ocupado – Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição – Na próxima AGO de 2011
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Nenhum



Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa – Andriola Pistor e Associados
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Sócio• Funções inerentes ao cargo:<ul style="list-style-type: none">• Atendimento a clientes; aprovação de propostas; aprovação técnica dos trabalhos; aprovação de contas da sociedade e orientação geral dos negócios.
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor Consultoria Tributária
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Não aplicável.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. Qualquer condenação criminal – Não há.
ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não há.
iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não há.
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:



- a) **administradores do emissor:** Não há.
- b) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.** Não há.
- c) **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.** Não há.
- d) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.** Não há.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.** Não há.
- b) **controlador direto ou indireto do emissor.** Não há.
- c) **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.** Não aplicável.

Conselho Fiscal
Nome – Marcos de Bem Guazelli
Idade – 41 anos
Profissão – Contador
CPF ou número do passaporte – 577.456.920-91
Cargo eletivo ocupado – Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição – Próxima AGO de 2011
Data da posse - Dentro do prazo legal
Prazo do mandato – até a próxima AGO de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Nenhum



Indicação se foi eleito pelo controlador ou não - Indicado pelo acionista controlador
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:
<ul style="list-style-type: none">• Nome da empresa - AEG Assessoria e Consultoria Contábil e GUAZZELLI Consultores
<ul style="list-style-type: none">• Cargo – Sócio-gerente• Funções inerentes ao cargo - Atendimento a clientes; aprovação de propostas; aprovação técnica dos trabalhos; aprovação de contas da sociedade e orientação geral dos negócios em consultoria em terceirização de contabilidade e contábil para empresas internacionais com operação nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro desde 1999.
<ul style="list-style-type: none">• Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>Consultoria Contábil e Fiscal.</p>
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
Não aplicável.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. Qualquer condenação criminal – Não aplicável
vi. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não aplicável
vii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não aplicável
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:



e) **administradores do emissor:** Não há.

f) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.** Não aplicável.

g) **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.** Não há.

h) **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.** Não há.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

d) **sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.** Não há.

e) **controlador direto ou indireto do emissor.** Não há.

f) **caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.** Não aplicável.



**MODELO DE PROCURAÇÃO COM INSTRUÇÕES DE VOTO
ANEXO I**

PROCURAÇÃO	POWER OF ATTORNEY
<p>Por meio do presente instrumento de procuração, _____ [ACIONISTA – nome completo], _____ [NACIONALIDADE], _____ [ESTADO CIVIL], _____ [PROFISSÃO], portador(a) da carteira de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, na _____ [ENDEREÇO] (“Outorgante”), ou _____ [ACIONISTA – razão social], inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na _____ [ENDEREÇO], neste ato representado por seu representante legal (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. _____ [NOME COMPLETO], _____ [NACIONALIDADE], _____ [ESTADO CIVIL], _____ [PROFISSÃO], portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, _____ [NÚMERO], _____ [COMPLEMENTO], _____ [CEP] (“Procurador”), para representá-lo, na qualidade de acionista da VIVO PARTICIPAÇÕES S.A., (“Companhia”), nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas em primeira convocação no dia 31 de março de 2011, às 15:00h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1464, auditório, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo examinar, discutir e votar as questões elecadas na Ordem do Dia, em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo:</p> <p><u>Ordem do Dia:</u></p> <p>1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das Demonstrações</p>	<p>By this Power of Attorney, _____ [SHAREHOLDER – full name], _____ [CITIZENSHIP], _____ [MARITAL STATUS], _____ [PROFESSION], with the identity card n. _____, enrolled with CPF/MF under n. _____, resident and domiciled in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS] (“Grantor”), (or _____ [SHAREHOLDER – corporate name], enrolled with CNPJ/MF under n. _____, with its headquarters in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS], hereby represented by its legal representative (“Grantor”)), hereby appoints and constitutes Mr. _____ [FULL NAME], _____ [NACIONALIDADE], _____ [MARITAL STATUS], _____ [PROFESSION], with the identity card n. _____, enrolled with CPF/MF under n. _____, resident and domiciled in the City of _____, State of _____, at _____ [ADDRESS], (“Attorney-in-fact”) to represent the Grantor, in its capacity as shareholder of VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. (“Company”), in the Company’s Annual and Extraordinary Shareholders Meetings to be held on first call on March 31st, 2011, at 3pm, at the Company’s headquarters located at Avenue Roque Petroni Júnior, n 1464, , in the City of São Paulo, State of São Paulo, to examine, discuss and vote on behalf of the Grantor, in accordance with the voting instructions established below, regarding all the subjects discussed in the Agenda on behalf of the Grantor, according to the following instructions:</p> <p><u>Agenda:</u></p> <p>1. Analyze, discuss and vote on the Report of the Administration, the Financial Statements and on the respective opinions</p>



<p>Financeiras e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.</p> <p>A favor () Contra () Abstenção ()</p> <p>2. Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2011.</p> <p>A favor () Contra () Abstenção ()</p> <p>3. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2010.</p> <p>A favor () Contra () Abstenção ()</p> <p>4. Eleição de membros do Conselho Fiscal.</p> <p>A favor () Contra () Abstenção ()</p> <p>5. Fixação da remuneração global anual dos Administradores e da remuneração individual do Conselho Fiscal.</p> <p>A favor () Contra () Abstenção ()</p>	<p>of the Independent Auditors and of the Fiscal Board, relative to the tax year ended on December 31st, 2010.</p> <p>In favour () Against () Abstain ()</p> <p>2. Approve the Capital Budget for 2011.</p> <p>In favour () Against () Abstain ()</p> <p>3. Allocate the net profit of the period, related to fiscal year ended on December, 31st, 2010.</p> <p>In favour () Against () Abstain ()</p> <p>4. Elect the members to the Fiscal Board.</p> <p>In favour () Against () Abstain ()</p> <p>5. Fix the annual global compensation of the Administrators and the individual compensation of the Fiscal Board members.</p> <p>In favour () Against () Abstain ()</p>
---	---